

## Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento para 2000

### Áreas de Psicologia, Saúde, Educação e Filosofia

Destinados a psicólogos, médicos, educadores, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e outros profissionais.

Cursos nas áreas de Psicanálise, Psicossomática, Formação Reichiana, Psicodinâmica, Psicodrama, Gestalt, Cinesiologia, Psicologia Jurídica, Psicologia Organizacional, Psicopedagogia, Atendimento Familiar, Gerontologia, Linguagem, Orientação Vocacional, Psicoterapia Breve, Jung, Foucault, Psicoterapia de Casal, Acompanhamento Terapêutico, Arte Terapia, Psico-Oncologia, Clínica do Envelhecimento e outros.

#### Informações e inscrições:

Rua Ministro Godoy, 1484, Perdizes, São Paulo SP

Telefone: 3873-2314 Ramal 33

<http://www.sedes.org.br> | e-mail: [sedes@sedes.org.br](mailto:sedes@sedes.org.br)



## Instituto de Terapia de Família e Casal de Campinas

### Curso de formação – 2000

Duração : 4 anos (aulas quinzenais) | Sextas-feiras das 15 às 21horas

Informações: (0xx 19) 242-2823, Psicólogo Juarez S. Costa - CRM-SP 34997

e-mail: [terapia@familia.mes.br](mailto:terapia@familia.mes.br) | home page: [www.familia.med.br](http://www.familia.med.br)

#### Ciclo

## Cultura da violência na contemporaneidade

#### Local

Auditório do CRP SP

#### Horário

Sempre às 19h00

#### Lotação

130 lugares

#### Inscrições antecipadas

na Secretaria do CRP SP, por telefone, fax ou e-mail

#### Endereço

Rua Arruda Alvim, 89, Jd. América,  
cep 05410-020, São Paulo SP  
Tel (11) 306-1 9494,  
fax (11) 306-1 0306,  
e-mail [info@crpsp.org.br](mailto:info@crpsp.org.br)

Entrada gratuita. Participe!

#### 12 de novembro

Tema | Extermínio Étnico na Atualidade

Filme | **Antes da Chuva** (Before the Rain, França/Inglaterra/Macedônia, 1994), de Milcho Manchevski.

Debatedores | Wilson Klain, psicanalista, membro do Depto. de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, e Maria Helena Villas Bôas Concone, antropóloga, professora do Depto. de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC - SP.

#### 3 de dezembro

Tema | Conflitos de Gangues Urbanas

Filme | **A Outra História Americana** (American History X, EUA, 1998), de Tony Kaye.

Debatedores | Maria Aparecida Silva Bento, psicóloga e diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, Ceert, e representante do Núcleo de Estudos da Violência da USP.



Conselho Regional de Psicologia SP

video clube crp sp

# psi

jornal de psicologia  crp sp

ano 17 • número 118 • setembro / outubro 1999

Novas diretrizes

## Que rumo toma o ensino de psicologia?



**Conselho Regional de Psicologia SP**

**Psi Jornal de Psicologia CRP SP** é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

**Diretoria**  
 Presidente | Lumêna Almeida Castro Furtado  
 Vice-presidente | Odair Furtado  
 Secretário | Alexandre Nicolau Luccas  
 Tesoureiro | Rogério Izidro Duran

**Conselheiros efetivos**  
 André Isnard Leonardi, Bronia Liebesny, Carmem Sílvia Taverna, Katia Rubio, Leliane Gliosce Moreira, Odette de Godoy Pinheiro, Paulo Roberto de Camargo, Rachel Contrucci Alvim, Sandra Maria Sawaya, Vania Conselheiro Sequeira e Wanda Maria Junqueira Neves

**Conselheiros suplentes**  
 Ana Stella Álvares Cruz, Adalberto Botarelli, Carla Bertuol, Edinilton Santa Rosa, Elisa Sayeg, Inez Guimarães Pistelli, José Siqueira de Brito Lyra, Márcia Cabral Meireles, Maria Regina Namura, Mariângela Aoki, Milton Baldon, Rafaela Cocchiola, Sérgio Ozella, Suelli Pereira Pinto e Valéria Pereira

**Gerente geral** Diógenes Pepe

**Comissão de Comunicação**  
 Odair Furtado, Inez Guimarães Pistelli, Elizabeth Arouca, Katia Rubio, Elisa Sayeg, Rafaela Cocchiola, Vania Conselheiro Sequeira

**Edição e textos** Luís André do Prado (MTB 2212)

**Repórter estagiária** Isabela Nogueira

**Revisão de textos** João Hélio de Moraes

**Fotos** Márcia Zoet, Agência Argos

**Projeto gráfico e editoração** Fonte Design (11) 822-9085

**Ilustrações** Gilberto Tomé

**Impressão** Bangraf

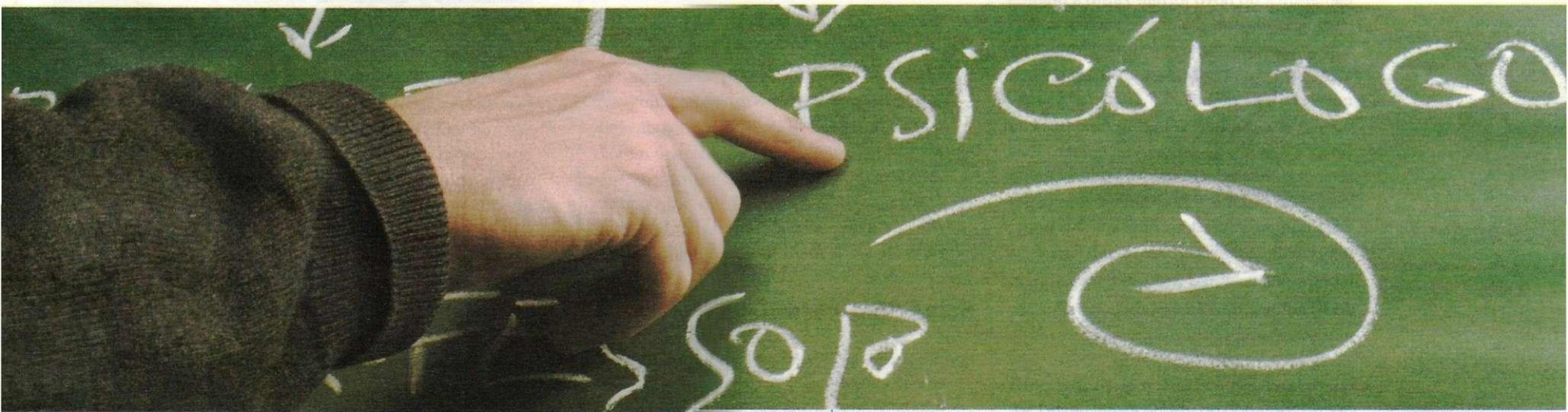
**Tiragem** 42.000 exemplares

**Periodicidade** bimestral

**Sede CRP SP**  
 Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
 cep 05410-020 São Paulo - SP  
 tel. (11) 3061-9494 fax (11) 3061-0306

**E-mails**  
 Diretoria | [direcao@crpsp.org.br](mailto:direcao@crpsp.org.br)  
 Informações | [info@crpsp.org.br](mailto:info@crpsp.org.br)  
 Centro de Orientação | [orientacao@crpsp.org.br](mailto:orientacao@crpsp.org.br)  
 Administração | [admin@crpsp.org.br](mailto:admin@crpsp.org.br)  
 Jornal de Psicologia | [jornal@crpsp.org.br](mailto:jornal@crpsp.org.br)  
 Site <http://www.crpsp.org.br>

<b>02</b>	<b>Editorial</b>	
	<b>Cartas</b>	
	<b>Administração</b>	Investimentos melhoram atendimento ao psicólogo
<b>04</b>	<b>Diálogos</b>	A personalidade e a obra multifacetada de Isaias Pessotti
	<b>Segmento</b>	Cresce a Psicologia especializada no setor Judiciário
<b>09</b>	<b>Opinião</b>	Provão reforça a homogeneização da Psicologia
	<b>Formação</b>	Diretrizes Curriculares ainda suscitam polêmica
	<b>Entrevista</b>	Coordenadora comenta Projeto da Comissão de Especialistas
<b>14</b>	<b>Educação</b>	Parâmetros excluem Psicologia dos currículos
	<b>Trabalho</b>	Diversidade dá mais criatividade às empresas
<b>16</b>	<b>Livros</b>	A Psicoterapia na instituição psiquiátrica
	<b>Informática</b>	Interação entre informática e Psicologia
	<b>Notas</b>	Festa, curso, denúncia e mais
	<b>Orientação</b>	As regras para anúncios de Psicologia
	<b>Agenda</b>	



“O objeto da educação é desenvolver no indivíduo toda a perfeição de que é susceptível”

Immanuel Kant

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”

João Guimarães Rosa

“Na vida, nenhuma coisa é verdadeiramente grande nem pequena: tudo tem igual valor e iguais proporções”

Oscar Wilde

## Por uma formação com responsabilidade social

O CRP SP tem acompanhado a elaboração das Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia sempre de forma bastante participativa, aglutinando em todo o Estado as instituições formadoras, produzindo várias contribuições e ampliando o debate sobre o conteúdo das propostas apresentadas pela Comissão de Especialistas. Enfim, contribuimos para que as Diretrizes pudessem espelhar da melhor maneira possível os anseios de nossa categoria e apontassem em direção a uma formação compromissada com a nossa responsabilidade social.

Nosso trabalho, nesse período, perseguiu a possibilidade de melhorarmos o processo de formação profissional, na perspectiva de construção de um profissional generalista e comprometido com os desafios

colocados pela realidade. Portanto, com uma formação ampla, que habilite à investigação permanente e a um exercício profissional que contribua na construção de uma sociedade mais cidadã.

Alguns desses pontos foram plenamente garantidos no projeto da Comissão de Especialistas, mas nos preocupam ainda os "Perfis de Formação" mantidos na proposta agora enviada ao MEC, que mantém uma dicotomia entre a pesquisa e o exercício profissional. Leia as matérias que tratam da questão e acompanhe as próximas etapas da aprovação das Diretrizes no Conselho Nacional de Educação.

Ainda neste número, temos a entrevista de Isaias Pessotti ao Projeto Diálogos, que reproduz a instigante mistura que caracteriza sua produção: um ir e vir entre a

Psicologia e a literatura. Outros textos ainda discutem as formas como a Psicologia vem assumindo seu compromisso social, compromisso com a transformação do cotidiano, com o resgate da dignidade. Nesse sentido, chamamos a atenção para a diversidade de eventos que vêm sendo promovidos por este Conselho, com múltiplas parcerias e sempre tendo como eixo orientador a perspectiva de contribuir para que nossa intervenção seja transformadora. Sua participação em todos eles é fundamental! Informe-se na Agenda e venha se juntar a esse grande esforço coletivo!

Um abraço,

**Lumêna Almeida Castro Furtado**

Conselheira-presidente do CRP SP

## Cartas

### CRP SP de cara nova

... Vocês estão de parabéns não só pelo site, mas também pela nova logomarca e pelo *Jornal do CRP* e seu conteúdo, que a cada dia parece nos entreter mais.

Gustavo Henrique E. Guimarães, por e-mail

... Parabenzamos o CRP SP pela reestruturação gráfica do novo jornal! Tanto a qualidade do papel quanto a impressão em cores e a nova diagramação tornaram-se muito mais atraentes e de fácil leitura. Apreciamos as novas seções, que tratam de temas atuais e oportunos. Também congratulamo-nos com este CRP pela criação do Videoclube. Estamos orgulhosos pelo belo trabalho que vocês vêm desenvolvendo. Temos acompanhado o quanto vocês têm feito em tão pouco tempo.

Lucia Maria Barbosa, diretora da Faculdade de Psicologia da Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo

... Gostaria de parabenizar a qualidade gráfica e do conteúdo do último jornal deste CRP, com assuntos interessantes, numa linguagem leve e visual gostoso.

Geraldo Moreira Junior, por e-mail

... Quero parabenizar este jornal pela excelente entrevista com o psicólogo Hélio José Guilhardi. Tive o prazer de entrar em contato com ele por ocasião do meu curso de mestrado, quando gentilmente enviou-me material para consulta. Como psicóloga behaviorista, percebo o desconhecimento, por parte dos outros profissionais da área, sobre a nossa forma de trabalhar. A entrevista foi esclarecedora e, em função da mesma, vários colegas perguntaram-me mais sobre a terapia comportamental.

Eliza Helena Ercolin, por e-mail

... Parabeno-os pelos artigos destacados; aproveito também para solicitar uma matéria sobre hiperatividade (déficit de atenção).

Luciane Santos, Guaratinguetá, SP

... Fiquei feliz em saber que o Conselho está se inserindo com responsabilidade no debate sobre o sofrimento psíquico da população de um modo mais abrangente. Só sinto dizer que não pude participar da programação em comemoração ao Dia do Psicólogo em função de tê-la recebido no dia 27 de agosto às 13h30.

Regina Maria Faria Gomes, por e-mail

*O Conselho desculpa-se com todos os psicólogos pelo atraso de fato ocorrido na última edição de nosso jornal e agradece aos diversos profissionais que enviaram cartas e e-mails elogiosos ao nosso novo projeto gráfico. O objetivo agora é garantir sempre este padrão de qualidade. A sugestão de matéria sobre hiperatividade foi incluída na pauta.*

### Sobre "Homossexualidade"

... Em matéria veiculada no *Jornal do CRP SP*, edição conjunta dos números 115/116, intitulada "Homossexualidade não pode ser vista como desvio", que trata da Resolução 01/99 do CFP, fez-se referência ao Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, CPPC, como a entidade que realizou o 3º Encontro Cristão sobre Homossexualidade, "que se propunha a debater formas de ajuda 'a pessoas em crise de identidade sexual'". afirmou-se, ainda, que "o pressuposto implícito na temática de que as pessoas que fazem sexo com parceiros de mesmo sexo vivem uma 'crise de identidade sexual' provocou a imediata mobilização de entidades representativas dos homossexuais, que denunciaram o evento como preconceituoso (...)". Para que não haja mais necessidade de especulações sobre "pressupostos implícitos" e colocando-nos, como sempre estivemos, abertos ao diálogo, o CPPC vem a público esclarecer e afirmar que:

- O CPPC não promoveu o referido evento, mas sim, o apoiou. (...)

- É lamentável que o artigo do *Jornal do CRP SP* trate o CPPC com um certo desdém, ao

procurar identificá-lo como uma "entidade que reúne cerca de três dezenas de profissionais de todo o país". Causa estranheza que um artigo que pretende defender as minorias tente descaracterizar o CPPC através de uma afirmação falsa (temos bem mais que "três dezenas de profissionais") que usa exatamente a quantidade numérica para denotar inexpressividade.

- Não obstante o número 115/116 do *Jornal do CRP SP* ter se dedicado a combater o preconceito, a matéria em questão parece ser motivada por um outro preconceito. O preconceito religioso. (...) Infelizmente, para certos grupos, não há espaço para o reconhecimento da legitimidade da experiência religiosa na vida de uma pessoa. (...)

- O CPPC é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter educativo-científico, que procura desenvolver estudos criativos sobre as relações das ciências psicológicas e a teologia e filosofia hebraico-cristã. (...) O CPPC não é diferente de outros meios psicológicos ou psiquiátricos, nos quais o debate acerca da sexualidade (ou de outros aspectos da experiência humana) é controvertido e comporta opiniões divergentes. (...) Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, CPPC

*A carta do CPPC permite-nos reparar os erros de informação contidos na citada matéria, ocorridos devido à dificuldade que tivemos na ocasião em obter dados mais precisos sobre a entidade. Ao relatar o envolvimento do CPPC com o evento que, indiretamente, levou à edição da Resolução 01/99 do CFP, tivemos unicamente a intenção de resgatar a origem dos fatos. Qualquer entidade que reúna profissionais de Psicologia, independentemente do número de associados, tem credibilidade e merece ser ouvida dentro do CRP. Eventos com o objetivo de debater a questão da homossexualidade estão sendo planejados e serão em breve divulgados pelo CRP SP. ●*

# Atendimento ao psicólogo ganha agilidade e eficácia

Treinamento de funcionários, novos equipamentos, mais espaço e conforto para receber o profissional. Essas são algumas das melhorias feitas pelo CRP SP com o objetivo de aprimorar a performance do Atendimento ao Psicólogo, departamento responsável por tarefas como registrar o profissional e proceder a alterações no registro (como mudança de endereço), receber anuidades e parcelá-las, entre outras.

O Atendimento ocupa todo o piso térreo da nova sede do CRP SP, um ambiente espaçoso e arejado. Nessa área estão instaladas a telefonia, a recepção, o atendimento e o arquivo de prontuários do psicólogo. O departamento conta com dez funcionários, que além do atendimento cuidam de tarefas como montagem das fichas cadastrais, organização e arquivamento dos prontuários dos psicólogos e digitalização do cadastro informatizado. O atendimento direto ao profissional é realizado por uma equipe de quatro funcionárias, no período das 9 às 20 horas.

Introduzindo o conceito de excelência nos serviços, os funcionários do departamento estão iniciando um treinamento direcionado à melhoria da qualidade dos trabalhos. Por exemplo, as funcionárias que trabalham com o atendimento direto ao profissional estão sendo preparadas para ouvir com atenção as demandas que lhes chegam e oferecer tratamento cordial a todos indiscriminadamente, sempre com respostas objetivas.

Para que essa qualidade seja possível, contudo, é necessário também equipar o departamento adequadamente. Nessa direção, além de vestirem uniforme para facilitar sua identificação, as atendentes já estão utilizando o sistema de telefonia *head set*, em formato de "tiara", que lhes permite falar ao telefone mantendo, ao mesmo tempo, as mãos livres. Além disso, o arquivo de prontuários do psicólogo passou por um grande processo de modernização, com a instalação de arquivos deslizantes.

Até recentemente, os prontuários eram arquivados em caixas plásticas e guardados em prateleiras comuns. Em setembro, o setor ganhou cinco módulos de arquivos deslizantes com capacidade para guardar até 6 mil prontuários. Ainda em fase de instalação, o novo sistema permitirá que os prontuários sejam acondicionados em pastas suspensas, que garantem maior proteção e facilitam o processo de arquivamento e consulta.

A sistemática de informatização dos dados cadastrais do psicólogo também está sendo reestruturada para se tornar mais precisa e rápida. O trabalho integra a reformulação da informática do CRP SP, sobre a qual estaremos oferecendo mais informações em breve. A reformulação do Setor de Atendimento faz parte do processo de reestruturação administrativa pelo qual o Conselho vem passando, voltado para a profissionalização de suas atividades. ●



Atendimento, arquivo e telefonia: setores reequipados e pessoal treinado

## Estacionamento conveniado

Flat Riema, Rua Cardeal Arcoverde, 206. Desconto de 60% para psicólogos, R\$ 1 a hora. Selos no Setor de Atendimento.

## Telefonia: menu automático

Além de ampliar o número de linhas, o CRP SP adotou um sistema que seleciona ligações. Para falar com:

Atendimento ao Psicólogo, disque 10  
Centro de Orientação, disque 20  
Departamento Financeiro, disque 30  
Departamento de Compras, disque 40

# Pagamento de anuidades é facilitado

O Atendimento ao Psicólogo é também o departamento do CRP SP responsável por fazer suspensões de registro e resolver casos de atraso nas anuidades. Com o objetivo de esclarecer todas as implicações relativas ao atraso das anuidades, o CRP SP tem procurado manter o profissional informado sobre as normas legais que regem a questão, além de facilitar seu pagamento.

Várias alternativas vêm sendo adotadas para evitar que o profissional fique em atraso e tenha, em consequência disso, seu re-

gistro suspenso ou entre na Dívida Ativa. Anualmente, os boletos das anuidades são emitidos no mês de janeiro, podendo ser pagos com desconto em uma única parcela, ou subdivididos em até três parcelas, pagas de janeiro a março. Se o psicólogo não quitar a anuidade nesse período, fica em atraso e passa a ter incidindo sobre seu débito multa de 2% e juros de 0,5% ao mês.

A partir daí, o pagamento só seria possível em uma única parcela. Em 1999, no entanto, o CRP SP emitiu, no meio do ano, no-

vos boletos, com multa e juros inclusos, que também puderam ser pagos em até três vezes. A resposta foi excelente e muitos psicólogo ressarciram seus débitos no período.

O CRP SP opera dentro de limites legais obedecidos pelas administrações de todos os conselhos profissionais. Se você está em débito, procure o CRP SP: vamos encontrar juntos uma alternativa para solucionar seu problema. Abaixo, as regras sobre pagamento de anuidades para esclarecer dúvidas e evitar complicações aos profissionais. ●

## Tire suas dúvidas

**Anuidade e exercício profissional** – Como ocorre com todas as profissões regulamentadas, o psicólogo que não cumpre com os seus compromissos com o Conselho fica impedido de exercer suas atividades profissionais.

**Anuidade em atraso há mais de um ano** – Neste caso, o psicólogo torna-se inadimplente. Sua dívida passa a acumular a multa e os juros do período em que perdurar o atraso. O profissional deve

procurar o CRP SP e negociar sua dívida, que poderá ser parcelada.

**Anuidade com mais de três anos de atraso** – Após três anos de atraso, o profissional terá seu caso encaminhado à Dívida Ativa, indo automaticamente para Cobrança Judicial. Será notificado sobre sua situação e terá o registro profissional suspenso. Ainda poderá negociar, nesta fase, judicialmente.

**Suspensão do registro profissional** – Pode ser feita exclusivamente nos seguintes casos:

quando o profissional estiver inabilitado para o exercício da profissão por motivo de doença devidamente comprovada que impeça o exercício da profissão ou quando estiver fora do país por motivo de estudo ou trabalho, desde que por um período superior a seis meses. Nessas situações, o profissional deve remeter ao Conselho os comprovantes ou atestados devidos, solicitando a suspensão do seu registro. Automaticamente, também a cobrança de sua anuidade será suspensa.



# O desafio como método

Filosofia, psicologia, música, neurofisiologia, gastronomia, literatura, marcenaria...

É múltiplo e multifacetado o universo da obra, assim como é a personalidade do paulista Isaias Pessotti, com 65 anos, nascido na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo. Formado em filosofia pela USP em 1955, sua impressionante trajetória acadêmica começou, “por força de circunstâncias”, como professor e pesquisador de Psicologia, trabalhando com análise experimental. Anos e muitos trabalhos depois, enveredou num ambicioso estudo sobre a história da loucura, provavelmente o mais importante do gênero realizado no Brasil

isaia

Sempre movido por desafios, aventurou-se nos últimos anos no terreno da ficção e já acumula três títulos bem recebidos pela crítica e pelo público, entre eles o aclamado “Aqueles Cães Malditos de Arquelau”, seu romance de estréia. Nesta entrevista ao Projeto Diálogos, realizada no dia 15 de setembro em Ribeirão Preto, onde ocupou a cátedra de Psicologia da Faculdade de Medicina da USP, Isaias retoma os passos de sua carreira, respondendo a perguntas do filósofo Bento Prado Júnior, da psicóloga Maria Clotilde Rossetti Ferreira e do professor de farmacologia Sérgio Ferreira

**Bento Prado Júnior** - Para começar, é indispensável que você fale um pouco do seu itinerário, porque sua obra é um curioso cruzamento entre atividade científica, criação literária e reflexão filosófica. Que formação lhe permitiu essa perspectiva?

**Isaias Pessotti** - Esse cruzamento de filosofia, literatura e pesquisa científica ou psicologia não é fruto de uma postura deliberada; é resultado de contingências. Fui fazer filosofia porque, com o secundário que eu tinha, não podia fazer muitas outras faculdades. Quando terminei o curso, na Faculdade de Filosofia da USP, sem saber, tinha sido nomeado assistente da cátedra de Psicologia. Na época, não havia formação de psicólogos em nível de graduação, e eu tinha feito um pouco de figura nas matérias de Psicologia. Com isso me nomearam. Caí na Psicologia por necessidade de ganhar a vida, só por isso. E aí esse trem foi me levando... Fui passando de escola em escola, depois vieram os estágios no exterior. Fiz carreira em Psicologia porque, a cada momento, surgiam outros compromissos, eu ia conseguindo títulos etc. Digo que consegui todos os títulos para aumentar salário (risos). Nunca procurei um nível de carreira acima, senão por necessidade de salário. Minha carreira em Psicologia foi meio de vida. E fiquei com muita inveja dos que ficaram em filosofia depois de formados, como você, o Rui Fausto, o José Arthur Giannotti... Isso até agora, porque eu quero voltar à filosofia (risos). E a literatura, entra aí como? Isso eu também não consigo explicar. Nunca tinha escrito nada de ficção. De repente, decido fazer um livro por desaforo, por tédio em relação à universidade e a mais ou menos tudo. Por desaforo, em favor de Eurípedes... Eu estava estudando a história da loucura e fui estudar a loucura em Eurípedes. Me encantei com o personagem e me indignei com a injustiça que se fez a ele e ao pensamento dele. Então, tentei fazer uma apologia

dele. Pensando que ninguém ia ler, acabei fazendo uma apologia, escrita por um personagem misterioso. E saiu o livro. Também isso não foi nenhuma deliberação minha. Hoje, a única deliberação que eu tenho é voltar para a filosofia; porque eu tenho borboleteado em filosofia durante todo esse tempo. Preciso, agora, de uma formação mais sistemática, depois daquela velha graduação.

**Maria Clotilde Rossetti Ferreira** - Te conheci acho que em 1968, época em que você tinha um namoro grande com a análise experimental do comportamento, que era uma moda na Psicologia brasileira. Você fazia vários experimentos com abelhas e coisas assim... Quería que você falasse um pouco dessa história e do que te levou a mudar em relação àqueles conceitos da Psicologia.

**Pessotti** - Eu era cristão-novo nessa fase (risos). Estava apaixonado pela análise experimental porque ela funcionava. Caí nela por causa da Gestalt. Depois, estudei com a Carolina Bori - e ela fazia psicologia topológica. Foi então que o professor Keller chegou e me ensinou o jeito de um rato fazer qualquer coisa que um organismo de rato pode fazer. Mas havia um desafio maior. Nos diziam o seguinte: “Vocês, behavioristas, conseguem tudo isso porque o rato não tem outra coisa pra fazer. Ele está numa gaiola, vai morrer se não apertar essa coisa aí dentro. Então, uma hora acaba apertando a engrenagem. Ele aceita essa agüinha porque não tem outra”. Era uma crítica maldosa, mas com um certo fundamento e, sobretudo, com uma

implicação teórica grande. Então eu quis não apenas manter os estímulos perturbadores, mas abolir a gaiola e manter outras fontes de reforço. E a abelha era isso: um organismo sem gaiola, que vem se quiser. A flor que ontem a nutria está lá fora, mas ela vem ao laboratório fazer coisas malucas, como puxar uma alavanquinha obedecendo à luz e à cor, combinadas. Isso representava, de um lado, a minha revanche para mostrar que não era preciso gaiola. Por outro lado, era um modelo experimental novo: a situação experimental aberta e intermediária entre a observação ecológica e a experimental. As possibilidades teóricas do modelo eram muito grandes, mas a mão-de-obra para produzir dados com abelhas era também enorme. Com rato, você bota o bicho lá e daí a meia hora tem o resultado. Eu estava apaixonado pela análise experimental, mas essa - não a da gaiola, que nunca me atraiu. Era uma espécie de missionário da análise experimental. Isso até que, na minha tese de doutoramento, caí do cavalo. Eu esperava uma consagração estrondosa, mas não foi um sucesso. Ocorre que um dos examinadores disse que eu tinha forçado os controles, que o relatório distorcia o que havia acontecido. Meu Deus! A situação era tão difícil que eu até fiz

um filme para convencer a banca de que aquilo, de fato, acontecia. Mas ele disse que o filme era para botar areia nos olhos da banca. Isso foi doloroso para mim, uma situação penosa.

**Maria Clotilde** - *Isso foi em que ano?*

**Pessotti** - O meu doutoramento foi em 1969. Eu gastei 14 anos para fazer o doutoramento, mais sete para a livre docência. A análise experimental me apaixonava, porque o modelo que eu estava usando era atraente e se libertava de toda uma restrição que, de certo modo, a situação experimental normalmente impõe ao comportamento. Eu queria uma situação experimental em que houvesse a possibilidade da recusa: a abelha pode não vir, ficar em casa ou ir para uma planta que está aí. Então, por que ela vem? Porque o meu controle é eficaz. Qual é o segredo? Aí havia uma série de operações que não estão nos manuais. Isso me atraía. A colméia é um biotério que produz sujeitos geneticamente idênticos e em quantidade. A abelha se alimenta, regula a limpeza, a temperatura e elimina os anormais! São sujeitos ideais. Então é um biotério ideal, que se automatém, e portátil. Mas não se investiu nisso...

**Sérgio Ferreira** - *Você sempre teve uma imensa curiosidade, que até suplantava um lado importante para um pesquisador, que é a disciplina de escrever e de publicar. Como agora você esquece tudo e vira filósofo?*

**Pessotti** - Não viro, eu apenas quero estudar filosofia. E isso porque eu já gostava antes, e a vida me levou para outros caminhos. Agora, quando a pesquisa chega ao dado, não me diverte mais. É muito chato botar isso em forma de procedimentos, métodos, sujeitos, fases do trabalho, análise dos dados, tabelas... E lembre-se que eu fiz a minha tese com um mimeógrafo, daqueles de estêncil preto. Os gráficos eram feitos em papel milimetrado e, depois, punha-se papel transparente para passar a nanquim. Para fazer a introdução, procurava-se a bibliografia na área indo a São Paulo de ônibus, e você tinha duas horas na tarde, porque perdia muito tempo em viagem. Botar no papel era heróico, por isso eu fugia e fujo disso.

**Ferreira** - *Vou pegar uma contradição bonita sua. Você se recorda que era marceneiro, que construía relógio? Isso também não exigia todo um trabalho minucioso? Recordo você fazendo um relógio de madeira que era de uma roda só... Explica isso ou vão pensar que eu estou louco.*

**Pessotti** - Não acho que seja positiva na vida acadêmica essa curiosidade dispersiva. Mas acontece que eu não consigo... Sou movido por desafios, não por papéis. Por isso é muito incoerente, é muito desordenada a minha trajetória. Quer dizer, tem uma hora em que eu resolvo fazer um relógio de uma roda só... Trabalhei um mês naquilo, bolando, procurando materiais etc., porque havia o desafio. Ele funcionou 20 minutos, mais ou menos (risos). Mas foi o suficiente para eu mostrar que funcionava. Aí não me interessou mais; larguei, está lá na parede. Acho um pouco irresponsável isso, porque há a preparação de terreno, há o trabalho de semear, há o trabalho de orientar os outros, e nada disso é sempre um desafio muito empolgante. Para mim, dar aula foi sempre agradável, porque cada aula é um desafio. Eu não consigo, depois de 30 e tantos anos dando o mesmo curso, ir para uma aula sem me preparar. Pelo menos 15 minutos eu preciso refletir, bolar os exemplos que eu vou dar... Para mim, publicar realmente é muito secundário. Entendo, intelectualmente, que é fundamental que a ciência seja difundida e que o progresso da ciência dependa disso etc. Mas para mim é muito chato...

**Maria Clotilde** - *Querida retomar a primeira pergunta, e que você contasse um pouquinho da sua história.*

**Pessotti** - Meu pai era marceneiro, e eu também gosto de mexer com madeira. Ele me ensinou a trabalhar duro para conseguir o que se quer. Minha mãe era uma costureira muito criativa, inventava vestidos de noiva que eram a

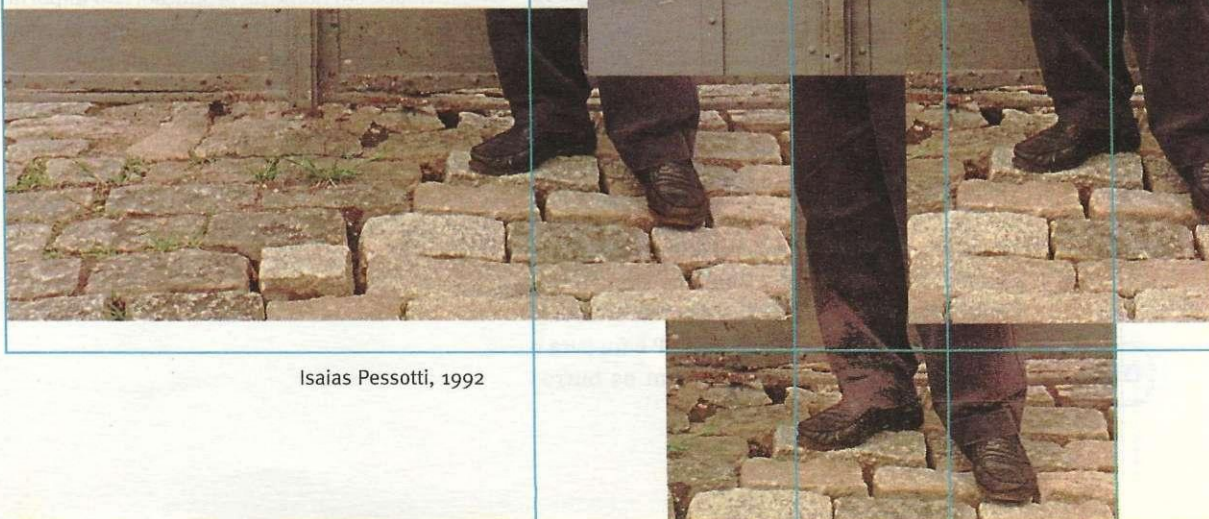
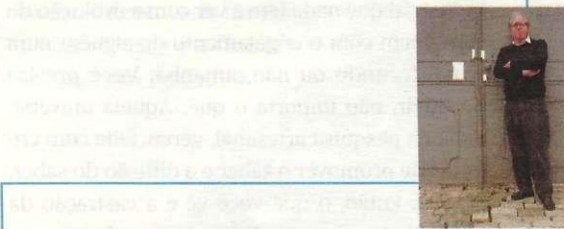
coqueluche das moças de São Bernardo. Me ensinou o prazer de inventar. Desde moleque, era um sujeito habituado a trabalhar duro e a inventar. Me puseram no colégio dos capuchinhos de Piracicaba, porque era de graça. Foi o meu irmão e fui eu. Lá, é claro, o projeto dos capuchinhos era formar padres. Meu irmão foi em frente, se tornou capuchinho, sacerdote, feliz da vida. De vez em quando, a gente bate bons papos. Eu saí. Fiz o correspondente ao ginásio e clássico com os frades. Antes de completar o noviciado, fui para a Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antonia, em São Paulo. E foi terrível sair de um ambiente catolicíssimo, devotíssimo, cheio de escrúpulos e cair nas mãos de professores como o Cruz Costa, que construiu com unhas e dentes a liberdade de pensar em cada aluno. O Cruz Costa insistia muito nisso: "Ne vous laissez pas piper par le mot". Não se deixe enganar pelas palavras. Fiz filosofia, trabalhei muito com Gestalt, com percepção, com educação... Aí apareceu o behaviorismo e embarquei nisso. Eu sempre estive exilado onde estive e no que fiz. Hoje estou na Faculdade de Medicina e não sou médico; eu estou na Psicologia e não sou psicólogo; fiz filosofia e não filósofo; tive um certo sucesso na Itália, mas não era o meu lugar. Eu fiz coisas em todo o canto. Sempre meio exilado, sempre meio de fora do meu lugar, que eu ainda não sei qual é. Quando eu cheguei aqui em Ribeirão Preto, estava também exilado. Não queria vir para o interior, mas era o que eu tinha... Depois da crise em Brasília, com a edição do AI-2, debandei para Milão. Da Itália, vim para Ribeirão Preto com muito medo. Eu estava desempregado em Milão e recebi, na mesma semana, duas cartas: uma do Moura Gonçalves, da Medicina, e outra do velho professor Lison, da Filosofia. Como a Faculdade de Filosofia na época era isolada e eu já tinha sofrido o suficiente em faculdade isolada em Rio Claro, achei que a USP era o guarda-chuva. Prefiri a Medicina, por medo. Mas eu não estava e nunca estive bem na Medicina. Estava bem no laboratório da Filosofia, quando fazia experimentos sobre a ansiedade. Aí eu nadava na minha água. Mas na Medicina, e mesmo na Psicologia, eu sempre estive meio exilado. Fui tocado por desafios, o que é ruim sob certos aspectos, porque você precisa ser confiável para a comunidade da sua especialidade científica. Porque a comunidade aposta que você vai desenvolver uma linha, e amanhã você muda... Mas em cada opção deixei algo válido.

**Maria Clotilde** - *Você trabalhou em formação de professores na Secretaria de Educação de São Paulo?*

**Pessotti** - Sim, no governo Montoro. Antes, trabalhei em formação de alfabetizadores para a América Latina. Depois, em cursos da Unesco, em São Paulo. Nos anos 80, já estava com a carreira feita na Medicina e eu tive uma licença para trabalhar na Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Cenp, da Secretaria da Educação. Trabalhei no gabinete do Paulo Renato, o que foi uma decepção para mim.

**Bento Prado** - *Já na fase em que você pesquisou a ansiedade segundo a metodologia da análise experimental, pode-se dizer que começava seu interesse pelas questões da doença mental, da loucura?*

**Pessotti** - Sim, mas por que eu fui para a ansiedade? O meu doutoramento me botou numa crise existencial. Eu estava ali todo bacana fazendo milagrinhos com abelhas, mas as pessoas estavam morrendo por aí, de enfarte, de câncer, de loucura, de ansiedade etc. Não podia fazer nada a respeito do enfarte ou do câncer, mas podia fazer alguma coisa com relação à ansiedade. Então me pus a estudá-la, com humildade. Quis entender a ansiedade do ponto de vista fisiológico, psicológico e filosófico e parti do zero, nas três vertentes. Fui fazer curso de neuroanatomia com o Jorge Böhm, com o Covian, Marseillan e Maria Lico. Fiz três cursos em nível de doutorado e mais um, que era Neurofisiologia do Comportamento, para entender o sistema límbico. Para mim, aí estava a nossa caixa-preta, que explica a emoção, a ansiedade etc. Depois, descobri que a caixa-preta deles, neurofisiologistas, é maior que a nossa. Eles não sabem o que é sede, por exemplo. Nós não sabemos, mas eles não sabem também. Há várias definições possíveis. Na filosofia, aí sim, desde os estoicos a Kierkegaard, há muito sobre ansiedade. Nesse meio tempo, por razões pessoais, voltei para a Itália e lá estava, lecionando na Universidade de Pádua, porque tinha "brigado" com a namorada de Milão. Nesse ano, em Pádua, fiz um curso sobre membrana, para entender a permeabilidade iônica, aquele negócio muito elementar, mas eu era muito burro nisso. O sujeito que dava essas aulas, doutor Salvato, era um principiante arrogante e competente... Fui introduzido na classe dele porque o professor catedrático mandou que me incorporassem ao grupo. Ele achou que eu era um protegido e me tratou muito mal. Até perceber que eu era um docente muito mais importante que ele. Aí, coitado, se derreteu todo e eu aprendi um pouco sobre membrana. E estudei para burro. ...



Isaias Pessotti, 1992

Em filosofia da ansiedade, consegui escavar até os estoicos, ou até um pouco mais pra lá. Nessa fase, eu já estava descrente da experimentação como meu caminho. É importantíssima, nem se discute. Mas não era mais o meu caminho. Comecei a escavar e me diverti em ver a teoria da ansiedade toda lá nos estoicos. Esse prazer de desautorizar os inventores mais recentes é intenso, me diverte. E comecei a fazer isso com coisas que contassem para o relatório da universidade. Então, escavei um conceito de deficiência mental, porque precisava para a nossa turma de São Carlos de um texto sobre isso. Também aí fui levado pela circunstância... Aí escavei mais um relatório, mais uma bolsa do CNPq... Fui escavar a loucura. E cada escavação resultava num livro de consulta para a pós-graduação; havia também esse prazer de fazer alguma coisa que ficasse. Por isso, escavei a loucura. Mas meu interesse pela psicopatologia é muito velho. No fim da fase das abelhas, tentamos puni-las para observar a ansiedade delas. Tentei isso, e aí entra a loucura (risos).

**Bento Prado** - *Me lembro de que um colega nosso fazia observações sobre as linhas da pesquisa no Brasil considerando que não eram sistematicamente distribuídas, que havia anarquia e divergência. E você respondia: "Você não sabe quanto nos custou fazer essa confusão toda" (risos). De fato, você é adepto de uma espécie de anarquismo metodológico?*

**Pessotti** - Sim. Quer dizer, não consigo não procurar nexos entre madeira, parafuso, palavras, cores e o que vai pintando. Já é um vício, é a *bricolage*. Implica curiosidade: nada é irrelevante. Na hora do romance, então, entra tudo. O que se viu de culinária, de astronomia, de navegação, de como é feito um livro, daquele museu, daquela catedral, daquela coluna, daquele diálogo, daquela moça... Tudo se amarra... E o prazer é exatamente esse, achar nexos e montar coisas. Então, a marcenaria e a construção de um romance têm muita coisa em comum, realmente. Isso é divertido, mas, como eu disse, na vida acadêmica uma pessoa desse tipo acaba sendo menos produtiva do que poderia ser se fosse menos confusa - não, menos mutável.

**Maria Clotilde** - *Guardei, de todo o contato que tivemos, a imagem do professor, do grande didata, um professor que torna a aula muito interessante.*

**Pessotti** - Estive num congresso agora, de literatura, e me perguntaram se a pesquisa em Psicologia me ajudou a escrever romance. Disse que não ajuda em nada a compor os tipos. Mas tudo o que eu apreendi sobre aprendizagem e ansiedade me ajuda muitíssimo a seduzir o leitor, a fazê-lo embarcar no fluxo de idéias que quero. Quando o enigma é muito complicado, as peças dele vão sendo perguntadas por alguém que se distraiu na trama... E assim o leitor vai tendo alguém que pergunta por ele, e a informação vai sendo dada gradativamente, tipo *art of teaching*. Quando ele chega ao desfecho, está preparado para entendê-lo. Mas tenho que manter a surpresa em cada momento. Tem a evolução da informação, mas uma ambigüidade de base, porque a ansiedade é necessária para o leitor continuar procurando a saída. Isso veio da pesquisa.

**Maria Clotilde** - *E essa mesma metodologia, nas aulas, você a usa planejadamente?*

**Pessotti** - Planejadamente, sempre.

**Ferreira** - *Quando é que você sentiu que estava dominando sua carreira?*

**Pessotti** - Eu naveguei com força própria só depois dos primeiros empregos, depois dos quatro anos com o Fernando de Azevedo, no Centro de Pesquisa do Inep. Até aí eu era totalmente dependente de programas outros. Quando a Carolina Bori me levou para Rio Claro e eu comecei a lecionar, em 60, aí comecei a fazer o meu caminho. E não mudaria... Mudaria, sim. Porque quis, por exemplo, ser diretor de orquestra. Uma vez larguei tudo, me afastei da USP e fui para o Conservatório de Milão. Dei com os burros

n'água. Não tinha como sobreviver e tinha que dar aula de Psicologia na Universidade para poder fazer o Conservatório. Mas eu queria poder me dedicar ao Conservatório, então fui ver se era possível não freqüentar as aulas e fazer só os exames. Não deu. Pelo que me apresentavam, daí a seis meses eu tinha que compor um trio para cordas para um tema barroco, a ser sorteado no momento. Acabou aí a minha carreira de diretor de orquestra. Então, fui para Pádua lecionar lá e foi então que fiz o curso de membrana. Mas se eu pudesse decidir tudo, se eu fosse Deus, seria diretor de orquestra e pronto.

**Ferreira** - *Mas se isso fosse possível, tudo seria diferente: você seria regente de orquestra e eu seria o compositor (risos).*

**Bento Prado** - *Eu queria ser o barítono.*

**Pessotti** - Por que não? Vamos fazer karaokê.

**Ferreira** - *Você tinha a sensação de que, no que você fizesse, chegaria lá? Não vejo isso nos jovens de hoje.*

**Pessotti** - Nos anos 60, a gente acreditava estar fazendo um país novo e que o mundo dependia do que nós fizéssemos. Senti isso nos 60. O que a gente fizesse ia mudar o país. Acho que infelizmente os jovens não têm isso hoje. O mundo perdeu essa perspectiva, não sei se ilusória ou não. Não sei por que o menino de hoje não consegue se ver com essa importância. Talvez porque custasse mais para a gente fazer as coisas. Por exemplo, a pesquisa era

“Não consigo não procurar nexos entre madeira, parafuso, palavras, cores e o que vai pintando. Na hora do romance, então, entra tudo. O que se viu de culinária, de astronomia, de navegação, de como é feito um livro, daquele museu, daquela catedral, daquela coluna, daquele diálogo, daquela moça... Tudo se amarra...”

muito artesanal. Hoje é muito mais fácil fazer uma pesquisa, um relatório. Há pouco espaço para a originalidade. Mas há também um desencanto com relação ao futuro, um marasmo geral. Naquela época, achava que a curto prazo já podia interferir. Quando me preparava para ir para Brasília, achava que algumas coisas iam ocorrer dentro de um futuro próximo. Até disse para a Carolina: “Vou para Brasília e vou ser ministro da Educação. Vou manobrar, vou achar o jeito”. Eu queria fazer alguma coisa, mudar o ensino primário. Foi no começo de 65. Depois veio o AI-5 e acabou todo o sonho. Agora, tanto estávamos certos, tanto éramos decisivos que nos pararam. A ditadura nos parou, porque se essa turma com idéias e competência tomasse conta do país, seria difícil manter os controles políticos tradicionais.

**Bento Prado** - *É possível prever transformações nas estruturas universitárias, uma direção diferente desta? Ela seria o nosso lugar de intervenção e, no entanto, me parece que é onde as coisas menos acontecem...*

**Pessotti** - Aí é que se apagou de uma vez a chama. A universidade hoje é gerenciada como uma empresa, com critérios de produtividade industrial que nada têm a ver com a evolução do saber nem com o engajamento de alguém num tema, fecundo ou não, amanhã. Você precisa produzir, não importa o quê. Aquela universidade da pesquisa artesanal, gerenciada com critérios de promover o saber e a difusão do saber, acabou. Então, o que você vê é a castração da criatividade em nome da produção, não importa do quê. Hoje, pode ser uma coisa inócua, mas publicada na revista importante vale mais.

**Bento Prado** - *Em última análise, você está dizendo que, se entrasse hoje na universidade, você seria assassinado?*

**Pessotti** - Ah, sim! E você se cuida também (risos). ●

## Obras de Isaias Pessotti

### Ficção:

**Aqueles Cães Malditos de Arquelau**

Editora 34, R\$ 14,50

**O Manuscrito de Mediavilla**

Editora 34, R\$ 25

**A Lua da Verdade**

Editora 34, R\$ 23

### Não ficção:

**Deficiência Mental: da Superstição à Ciência**

Edusp, R\$ 15

**A Loucura e as Épocas**

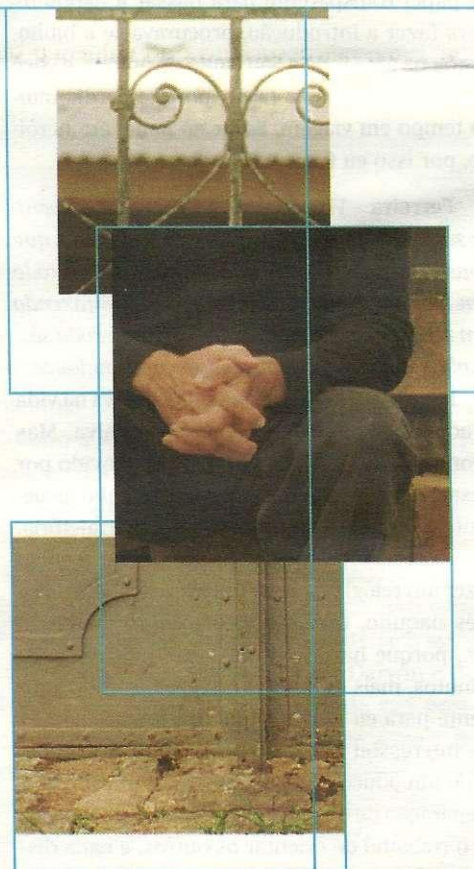
Editora 34, R\$ 16,50

**Pré-história do Condicionamento**

Hucitec, esgotado

**O Século dos Manicômios**

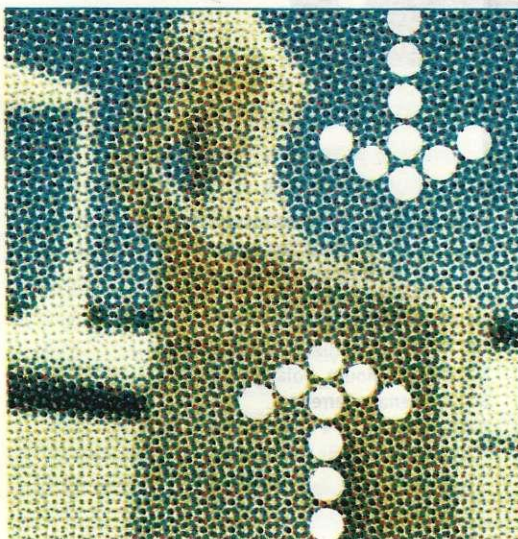
Editora 34, R\$ 25



# Psicologia acrescenta subjetividade ao Judiciário

Franz Kafka foi provavelmente o escritor que melhor descreveu - em particular em "O Processo" - o aniquilamento da subjetividade pela burocracia que domina alguns setores de nossa sociedade. E nenhuma área é mais cartorial e, por isso mesmo, fria que o Poder Judiciário. A Justiça é cega, reza o ditado. Nos últimos anos, contudo, as decisões dos juízes, sempre baseadas em leis eminentemente coletivas, têm encontrado o apoio de um forte aliado da individualidade: a psicologia judiciária. "A Psicologia veio humanizar a Justiça, uma vez que, além de perceber o fato, ela observa o que está a ele subjacente", afirma a psicóloga judiciária Maria Antonia Pires dos Santos Cerqueira, chefe da Seção de Adoção da Vara da Infância e Juventude do Fórum João Mendes Jr.

A Psicologia integrou-se ao Poder Judiciário de forma oficial por meio da contratação de psicólogos para a Vara da Infância e Juventude, então Juizado de Menores, em 1981, após dois anos de trabalho voluntário dos profissionais. Entretanto, o primeiro concurso para psicólogos promovido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo só aconteceu em 1985, em decorrência do empenho do MM. Juiz Dr. Antonio Luís Chaves de Camargo. Atualmente, temos 376 psicólogos atuando na Vara da Infância e Juventude e na Vara da Família no Estado de São Paulo. Mas apenas no Fórum João Mendes Jr., região central de São Paulo, existe uma separação técnica entre os psicólogos das duas Varas. Em todos os demais, os psicólogos cuidam das duas simultaneamente. Vale lembrar que há cerca de cinco décadas o Judiciário já conta com o apoio profissional do assistente social. O trabalho do psicólogo judiciário varia de



acordo com o Fórum no qual ele trabalha. Em alguns lugares, atua juntamente com o assistente social até mesmo no trabalho de triagem, selecionando os casos que ficarão naquela Vara ou encaminhando para outro local. Mas o trabalho mais adequado à sua formação refere-se à elaboração de laudos, avaliações, acompanhamento e encaminhamento de casos. Por exemplo, a partir do momento em que determinado caso é levado ao juiz, este pode convocar o psicólogo para atuar e subsidiá-lo em algumas dessas tarefas. Durante uma avaliação, que dependendo do caso pode demorar até três meses, o psicólogo estuda o significado psicológico que levou aquela pessoa a mover a ação, seus anseios e dificuldades. Concluído esse "diagnóstico situacional", o psicólogo encaminha ao juiz um parecer no qual deve ter "extremo cuidado para não estigmatizar o avaliado, e tornar o relatório o mais claro possível", alerta Maria Antonia. "O psicólogo judiciário precisa ter muita cautela nesses relatórios. Deve sempre considerar que o processo judiciário é algo muito formal, e que será analisado por diversos profissionais." Esses diagnósticos subsidiam a decisão do juiz e devem ser suficientemente fundamentados, deixando transparecer "como se chegou a determinada sugestão", ela ressalta.

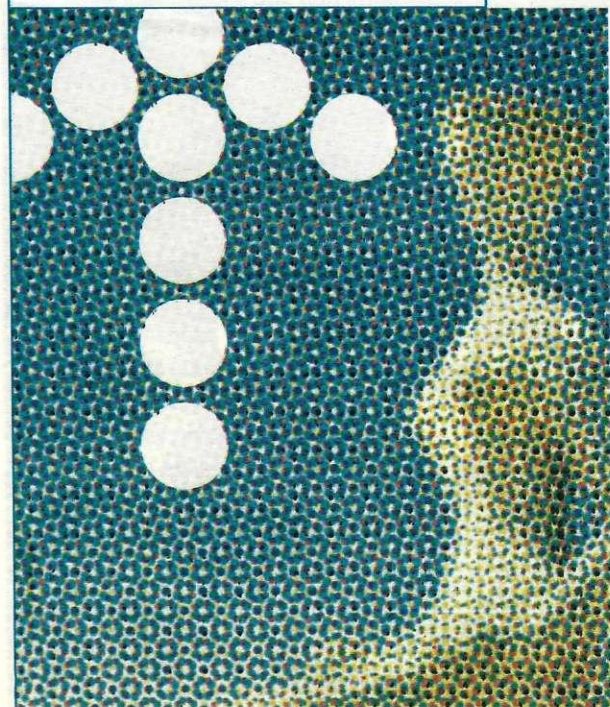
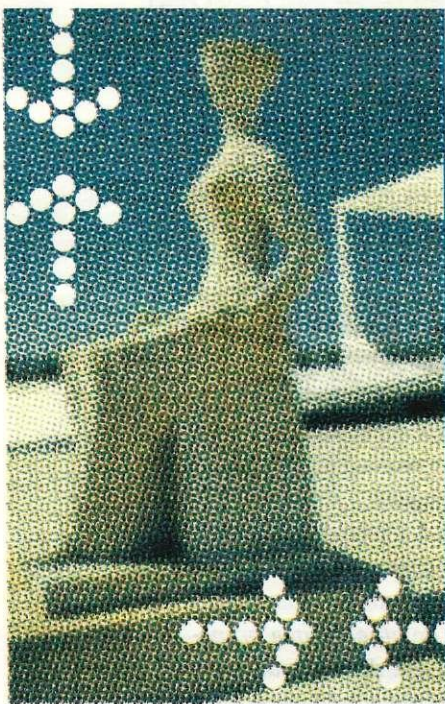
A elaboração de "diagnósticos" não possibilita a intervenção prolongada do psicólogo com os envolvidos nas ações. Uma intervenção desse tipo e de caráter mais prolongado só será possível durante a "fase de acompanhamento". Por exemplo, nas Varas da Infância e Juventude, lida-se predominantemente com questões ligadas à adoção, negligência dos pais, abuso sexual e acolhimento da criança e do adolescente por instituições. Nesses casos, o trabalho de acompanhamento é sempre necessário e norteado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A adoção, por exemplo, prevê um "estágio de convivência", que representa o início da vinculação da família com a criança. Durante esse período, a presença e o acompanhamento direto do psicólogo são fundamentais.

## Comissão está atenta às demandas da área

Criada em fevereiro último, a Comissão de Justiça do CRP SP surgiu para melhor atender à demanda crescente de profissionais que procuram o Conselho para esclarecer questões e dúvidas no campo da psicologia jurídica. "O número de psicólogos que atua com o Judiciário tem aumentado muito, mas por ser uma área nova são inúmeras as dúvidas quanto à maneira de proceder", avalia seu coordenador, Sidney Shine.

Além de responder a essas demandas, a Comissão tem se mobilizado em casos como no da regulamentação dos plantões nas salas de visitas e na busca de maior clareza no uso de termos da psicologia jurídica. "Queremos definir melhor em quais situações a avaliação psicológica deve levar o nome de laudo, parecer, informe ou relatório. Trabalhamos na interseção do campo do Direito com a Psicologia. Como o Direito chama de perícia todo parecer técnico especializado, nós realizamos, segundo a terminologia deles, uma perícia psicológica. Isso pode causar muita confusão", afirma Sidney. Utilizando-se de documentos legais que ilustram os diferentes trabalhos e terminologias empregadas, a Comissão de Justiça está trabalhando em articulação com a Comissão de Avaliação Psicológica, na tentativa de alcançar maior precisão no uso desses termos.

Com oito membros fixos, a Comissão reúne-se quinzenalmente, às sextas-feiras, das 9 às 12 horas, na própria sede do Conselho. Nas sextas em que não há reunião, dois membros permanecem de plantão para atender às dúvidas de profissionais. Os interessados em participar das reuniões devem se inscrever, por telefone, na Secretaria do CRP. As reuniões são abertas a participações das 10h30 às 12 horas.







À esq., Tribunal de Justiça de São Paulo e, acima, sua equipe de psicólogas (da esq. para a dir.): Eurídice de Moraes, Raquel de Oliveira, Maria Antonia Cerqueira, Sílvia Moura, Solange Pinheiro e Renata Ferreira

“Não podemos nos esquecer nunca que é uma relação que se inicia permeada por fatos importantes. A criança passou necessariamente por abandono, e aqueles que a irão adotar normalmente não podem ter filhos. Precisamos dar respaldo à família para que ela possa exercer um bom papel parental, não buscando na adoção uma imitação – e portanto algo inferior – da filiação biológica”, explica Maria Antonia. Concluída essa etapa de “acompanhamento jurídico”, o psicólogo pode encaminhar a família e a criança para outras instituições capazes de dar continuidade ao trabalho. Dessa data em diante, a família constituída procura espontaneamente os psicólogos judiciais quando e se assim o desejarem.

Já nos casos das Varas de Família que envolvem separação incluindo menor, guarda de crianças, regulamentação das visitas e pensão alimentícia, o trabalho dos psicólogos tende a se restringir à avaliação. “Nossa entrada e saída dos casos são determinadas pelo juiz, que tem nas mãos uma questão pontual e que necessita de uma decisão rápida, tanto do ponto de vista legal quanto do psicológico. A situação urge por uma definição, para que o menor tenha maior tranquilidade em relação ao que está para ser decidido”, afirma Sidney Shine, psicólogo judiciário e coordenador da Comissão de Justiça do CRP SP. O trabalho do psicólogo judiciário, ele acrescenta, “é fortemente cercado por situações paradoxais”. Frequentemente, características estruturais do Poder Judiciário se contrapõem à natureza do tra-

balho do psicólogo. É o caso do paradoxo entre a tutela da instituição e o dilema de autonomia na Psicologia. “As pessoas envolvidas numa ação judicial não estão completamente livres para agir, já que estão sob constante tutela da instituição, monitoradas por um assistente social, um psicólogo e um juiz. Para o psicólogo, que está sempre pensando em favor da autonomia das pessoas, essa é uma situação de impasse, uma vez que tem de favorecer uma autonomia que é restringida pela natureza do próprio trabalho. Atuamos desde o princípio numa situação contrária à ideal. É paradoxal, mas é uma situação que não deve ser ignorada”, ele avalia.

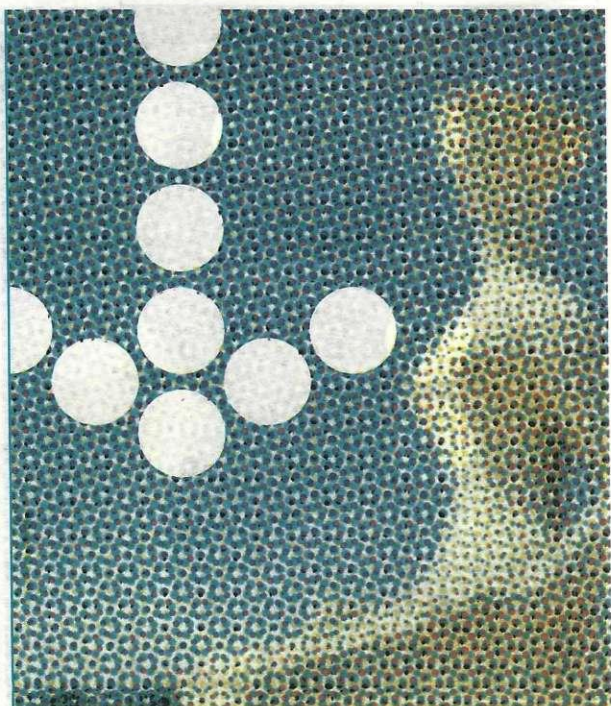
O trabalho do psicólogo judiciário deve levar em conta que as pessoas não vieram ao Tribunal pedir ajuda psicológica, mas legal. Muitas vezes, o psicólogo é visto como um empecilho pelas partes, pois seu trabalho pode prolongar a decisão final. Esse possível descontentamento deve ser sempre levado em conta durante uma avaliação. “Essa é uma característica específica e complexa da psicologia judiciária. As pessoas querem uma resposta pronta, mas o trabalho do psicólogo tenta levá-las a buscar essas respostas internamente. As pessoas sabem, também, que as conclusões do psicólogo serão transmitidas ao juiz em relatórios técnicos. Tomamos, assim, muito cuidado na aplicação de testes, pois sabemos que o ambiente não é propiciador de resultados fidedignos. Conseqüentemente, não nos é possível considerar formalmente os resultados”, afirma a psicóloga Maria Antonia. A introdução da Psicologia na área judiciária – praticada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo – atende ao ideal de instituir um trabalho multidisciplinar no Poder Judiciário, favorecendo a criação de serviços auxiliares para que os juízes tomem suas decisões da maneira mais justa possível. Renata Mancini Ferreira, psicóloga judiciária, chefe da Seção de Apoio da Vara da Infância e da Juventude do Fórum João Mendes Jr., observa que “os psicólogos, bem como os assistentes sociais, ampliam a gama de possibilidades das decisões judiciais ao contribuir com conhecimentos pertinentes a suas áreas”. Afinal, o juiz tem o saber jurídico, mas não o saber total. ●

## Os difíceis plantões na sala de visitas

Permanece um desafio a tarefa do psicólogo que supervisiona os “contatos entre um menor e seu genitor descontinuo, ou seja, que não possui sua guarda”. São em geral casos em que a Justiça determinou o contato supervisionado entre pais e filhos por suspeitar de violência, ou em casos de interferência do guardião ou guardiã na visita do genitor descontinuo. Convocados para supervisionar esses delicados encontros, os psicólogos enfrentam uma situação bastante difícil nos plantões que acontecem na sala de visitas do Tribunal de Justiça do Estado, localizada nas dependências do Fórum do Jabaquara, o único local ao qual são encaminhados todos os casos da Capital.

Os plantões acontecem apenas nos fins de semana, das 9 às 17 horas, e contam, além de dois psicólogos judiciais, com as presenças de um assistente social, de agentes de fiscalização e de policiais militares. Não é preciso dizer muito mais para que se entenda a enorme dificuldade que envolve essa tarefa. A atuação do psicólogo na sala de visitas tende, por isso mesmo, a ser estritamente pontual. “A possibilidade de intervenção restringe-se exclusivamente àquele momento, já que não temos a possibilidade de dar continuidade ao trabalho. Há a necessidade urgente de se pensar como nós podemos atuar de maneira mais útil nesses casos, oferecendo benefícios maiores a essas famílias”, afirma Sidney Shine, da Comissão de Justiça do CRP SP. O psicólogo só reencontra cada família a cada três meses e, normalmente, nem sabe quem será o assistente social a acompanhá-lo na tarefa. Sua função, portanto, limita-se ao monitoramento e à supervisão das visitas, garantindo-lhes condições mínimas.

A atuação de psicólogos nos plantões da sala de visitas acontece desde 1990, mas a atividade ainda não foi normatizada. A insatisfação de muitos profissionais com relação ao seu atual papel nesses plantões tem dividido opiniões. Alguns defendem a criação de diretrizes que regulamentem sua atuação, mas há quem chegue a propor o fim da função. Em abril último, a Comissão de Justiça do CRP SP encaminhou um documento ao presidente do Tribunal de Justiça solicitando a formação de uma comissão para estudar e sugerir diretrizes mínimas para a atuação profissional nesses casos. Até o momento, o Conselho não obteve resposta. “Precisamos recheiar essa discussão com uma reflexão teórico-técnica; fazer dessa especificidade um campo de atuação que proponha alguma tarefa de maior alcance. A sala de visitas foi criada em função de uma necessidade da instituição, e não tem correlatos no Brasil ou fora dele. O desafio é saber como chegar lá”, considera Sidney, acreditando que só a continuidade das discussões poderá levar ao amadurecimento de propostas conseqüentes.



# Provão ou verificação?

No dia 11 de junho do ano 2000, alunos dos cursos de Psicologia de todo o país estarão fazendo, pela primeira vez, o provão.

Alguns aspectos importantes devem ser considerados para uma análise crítica do provão: primeiro, é preciso lembrar que é um retrocesso na concepção de avaliação, na medida em que traz de volta visões tradicionais, já superadas por tendências mais progressistas e atuais da pedagogia. A concepção de avaliação pelo produto foi superada pela idéia de avaliação permanente do processo educacional como um todo.

Avaliar nossas escolas deve significar acompanhar seu trabalho, a partir de objetivos e procedimentos definidos pela instituição, considerando as condições que lhes são dadas, na inserção que têm na sociedade, na qual interesses estão em jogo e normas e políticas definidas pelo Estado interferem no cotidiano escolar. Neste sentido, o provão não é uma avaliação; é uma processo de verificação.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação está em perfeita consonância com essa perspectiva, ao incentivar e possibilitar a livre iniciativa e a concorrência no setor educacional, à imagem e semelhança das empresas. As escolas podem oferecer o produto que desejarem e vendê-lo da forma como considerarem mais adequado. Mas como o Estado não abriu mão de seu papel de controle da qualidade da formação de sua população (ou melhor, de sua mão-de-obra), coloca-se como verificador da qualidade desse produto, por intermédio do provão.

Neste sentido, podemos até defender que os resultados do provão possam ser utilizados pelas escolas, pelo MEC e pelas entidades interessadas na questão da formação, mas não se pode pensar que uma avaliação está sendo feita. É preciso compreender o provão como uma verificação.

Um outro aspecto é a indústria de cursos pré-provão que vão surgindo por aí. Ora, se era a intenção verificar o resultado, não há por que considerar estranho que escolas possam fazer um trabalho desqualificado e salvar-se no final pelo reforço trazido pelos cursinhos pré-provão. Afinal, o que importa é o resultado!

Cabe ainda um outro elemento importante, conseqüência do provão. Corremos o risco de retomarmos uma concepção de educação como um trabalho que visa fixar na memória dos alunos informações importantes e necessárias para sua vida e seu trabalho. Provar que aprendeu significa ter memorizado as informações, podendo reproduzi-las em uma prova final. O trabalho educacional será reforçado como um trabalho de depositar informações na memória dos alunos. Que pena que isso esteja acontecendo no país de Paulo Freire, que combateu a educação bancária com todas as forças!

Outro aspecto que vale a pena trazer para análise é a responsabilidade que o Estado, que faz a verificação por meio do provão, está se colocando, no sentido de apresentar condições para que os problemas apontados sejam sanados. Parece-nos que se está culpando alunos e professores, retirando qual-

quer responsabilidade das políticas educacionais adotadas pelo governo e, neste sentido, nenhuma medida será tomada. Apenas se verifica e, quando não há cumprimento de um mínimo de qualidade, pune-se. O Estado e suas políticas ficam isentos de qualquer responsabilidade. Aliás, essas políticas não passam pelo provão, porque o provão é a política. Quem verifica o Estado?

Para finalizar esta pequena reflexão sobre o provão da Psicologia, gostaria de apontar um dos aspectos que deve preocupar professores, alunos, gestores de escolas e entidades da profissão. Temos uma ciência e uma profissão feitas por nós, psicólogos, no decorrer da história. Muitas tendências têm caracterizado a Psicologia em seus espaços acadêmico-científico e profissional. Orgulhamo-nos da diversidade que temos tido e procuramos lidar com ela de forma construtiva e dialógica. No entanto, quando uma dessas tendências se torna dominante, porque é ela que está expressa no provão, corremos um enorme risco de termos as escolas reforçando essa determinada tendência em seus currículos. Esse risco é aumentado quando da verificação feita depende, de certo modo, a sobrevivência da escola.

Que Psicologia estará sendo reforçada pelo provão que aí vem? Seja ela qual for, já podemos apontar um prejuízo: a tendência à homogeneização da Psicologia. Nossa diversidade poderá estar sendo lamentavelmente negada. A diversidade é a riqueza de uma ciência, e temos reconhecido isso procurando espaços de debate franco, democrático, inclusivo, no qual a diversidade esteja colocada com clareza e o debate se faça de modo produtivo e estimulador. Mas o provão poderá vir como um rolo compressor que, pelos interesses comerciais que esconde, fortalece, sem discussão ampla, uma ou outra tendência na Psicologia.

Com isso estamos querendo alertar para a interferência que o provão faz na história da Psicologia, como ciência e profissão. É preciso que estejamos atentos para isso, e aqueles que serão chamados a opinar e a avaliar o provão deverão fazer essa tarefa considerando a necessidade de respondermos que Psicologia o provão veio reforçar.

Nossa ciência e nossa profissão avançaram nestes últimos anos na direção de um conhecimento e uma prática comprometidos com a realidade social de nosso país. Temos buscado com firmeza construir uma Psicologia com compromisso social. Será que o provão poderá de alguma forma reforçar essa busca?

Acreditamos que temos, hoje, um espaço adequado para que esse debate seja feito: a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Abep. É nele que poderemos, unidos pela vontade de continuar a interferir no futuro de nossa profissão, realizar a análise crítica necessária. Provem e verifiquem. Nós continuaremos querendo avaliar. Avaliaremos nossa formação, como temos feito há anos. E ao avaliarmos estaremos apreciando também o papel do provão no desenvolvimento da Psicologia, como ciência e profissão. ●

“Que Psicologia estará sendo reforçada pelo provão que aí vem? Seja ela qual for, já podemos apontar um prejuízo: a tendência à homogeneização da Psicologia. Nossa diversidade poderá estar sendo lamentavelmente negada”

Ana Mercês Bahia Bock

Diretora da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e presidente do Conselho Federal de Psicologia, gestão 1998/2001

# Novas diretrizes, para um

**Resultado de intensos debates e embates entre correntes que lutam por um modelo de formação generalista e científico e as que defendem uma visão tecnicista e mercadológica, o projeto final de Diretrizes Curriculares, elaborado pela Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia junto ao MEC, ainda contém pontos polêmicos**

No último dia 1º de outubro encerraram-se os trabalhos da Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia junto à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, SESu/MEC. O texto contendo o projeto de resolução para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Psicologia foi entregue ao secretário de Educação Superior, Abílio Afonso Baeta Neves, no dia 5 de outubro. As Diretrizes são parte de uma grande reforma pela qual vem passando o ensino brasileiro, em todos os níveis - do fundamental ao superior - por determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A Lei determina que todos os cursos de graduação (nível superior) sofram uma reforma estrutural nos seus modelos de ensino, até agora baseados no chamado "Currículo Mínimo", uma grade de disciplinas com nomenclaturas, conteúdos e cargas horárias rigidamente predeterminados pelo MEC. Dentre as 42 áreas de graduação existentes nas universidades brasileiras, apenas Ciências da Informática e Estatísticas ainda estão com seus projetos de Diretrizes nas mãos de Comissões de Especialistas. Com a finalização dos trabalhos da Psicologia, todas as demais Comissões já entregaram seus projetos à SESu. Eles agora serão submetidos ao crivo do Conselho Nacional de Educação, CNE. Assim, não deve demorar muito tempo mais para que o texto definitivo das novas Diretrizes seja aprovado, em reunião pública, tornando-se obrigatório em todo o país.

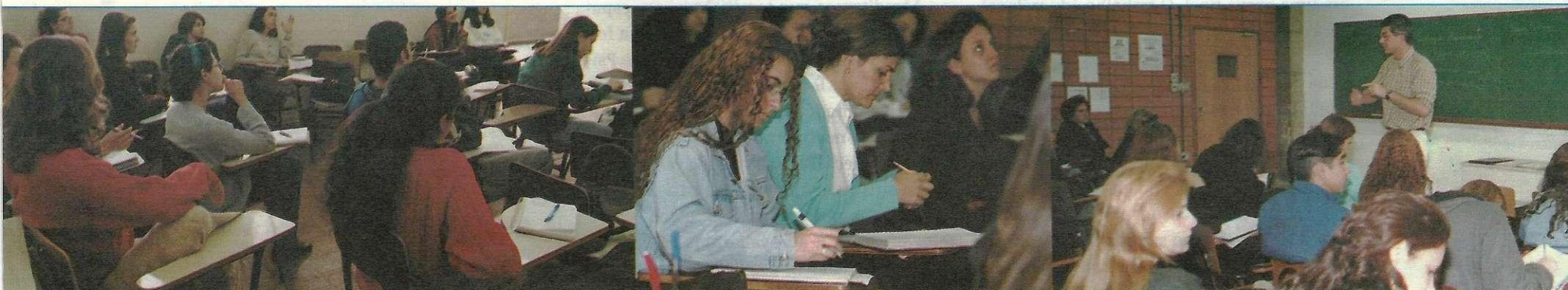
Aproximadamente três anos correram, desde a edição da Lei, na preparação das novas Diretrizes para a Psicologia. Foi uma das áreas que mais delongaram nesse processo. Nada de mau nisso, já que um dos fatores que pesaram no andamento dos trabalhos foram justamente as acaloradas discussões envolvendo instituições ligadas ao ensino, em todo o país. Os debates tiveram início após a divulgação da primeira minuta de Resolução dos Especialistas, em março de 1998. Esse texto inicial recebeu muitas críticas porque "era calcado numa perspectiva da Psicologia como ciência funcionalista, comportamental; descrevia as habilidades necessárias a um profissional psicólogo, tais como saber pesquisar, fazer resumo etc. Além disso, reduzia o curso de cinco para três anos, confirmando essa visão tecnicista", recorda Wanda Maria Junqueira Neves, coordenadora da Comissão de Formação do CRP SP.

A primeira minuta despertou grande resistência das instituições ligadas à formação de psicólogos, gerando mobilizações em todo o país. Como resultado desse processo, no início deste ano 45 propostas foram enviadas à Comissão, representando mais de 70 faculdades de Psicologia de todos os cantos do país - número significativo num universo de 161 escolas atuando no Brasil, segundo o MEC. Mais significativo ainda foi que "as propostas eram consensuais em vários pontos, tais como a defesa da formação generalista, a ampliação do tempo do curso, a visão da Psicologia como ciência e não apenas como uma técnica aplicada, por conseguinte atinada às demandas sociais e livre da preocupação restrita ao mercado", comenta a coordenadora do CRP SP. A representatividade conferiu peso às propostas, e a minuta seguinte da Comissão de Especialistas, divulgada no dia 12 de maio, trouxe alterações substanciais no projeto, contemplando vários pontos defendidos pelas instituições. A começar pelo tempo de curso, ampliado para cinco anos - como aliás já acontece no Currículo Mínimo.

O que fica evidenciado nesse processo é a existência de duas correntes de opinião: de um lado, a maioria das instituições ligadas ao ensino defendendo um modelo de ensino generalista e científico; de outro lado, o governo e alguns segmentos das instituições pressionando na direção de um curso mais enxuto e tecnicista, voltado a atender às demandas do mercado. Colocada no centro desse embate, a Comissão de Especialistas reflete em seu trabalho um pouco dessas duas correntes.

E não é só para a Psicologia que o MEC tem defendido a adoção de uma graduação mais técnica. Isso vale para todas as áreas de ensino superior. A meta é encurtar as cargas horárias, jogando os aprofundamentos para a pós-graduação. Foi justamente esse modelo que gerou os chamados "cursos seqüenciais", formação em nível superior com três anos de duração aprovada pelo MEC e que já vem sendo praticada por algumas instituições. Em outubro do ano passado, a professora Eunice Durham, membro do Conselho Nacional de Educação, CNE/MEC, defendeu claramente, durante reunião da Sociedade Brasileira de Psicologia, SBP, em Ribeirão Preto, a idéia de que três anos bastariam para formar um psicólogo técnico. A formação do clínico terapeuta seria uma "formação extra".

Abaixo, alunos do curso de Psicologia da PUC-SP e da Faculdade São Judas



# na formação generalista

De modo geral, as propostas contidas no documento final encaminhado pela Comissão durante o mês de outubro ao MEC mudam pouco em relação à minuta anterior. As alterações referem-se a uma melhor explicitação das "competências e habilidades" requeridas em cada área de habilitação. No preâmbulo que acompanha as Diretrizes, os especialistas se justificam: "A Comissão teve a oportunidade de incorporar seu aprendizado acumulado nos dois últimos anos com a análise de cerca de 200 pedidos de abertura de novos cursos de Psicologia e a observação *in loco* das condições de oferta de aproximadamente 30 cursos, em cada uma das regiões do país. A extensa colaboração recebida e a ampla base de observação da realidade do ensino de Psicologia no país, propiciada por suas outras atribuições junto à SESu, conferem à Comissão a serenidade de que o documento ora apresentado aponta direções consensuais na área".

**“As instituições particulares se limitariam em sua maioria à formação de profissionais para o mercado, atendendo a uma visão tecnicista da Psicologia”**

O documento organiza-se em dez capítulos e toda a estruturação do curso é definida em termos de "competências e habilidades", e não mais em cadeiras e conteúdos, como ocorre com o Currículo Mínimo. O primeiro capítulo oferece os "Princípios Gerais e Estrutura do Curso". O segundo traça o conteúdo necessário ao "Núcleo Comum de Formação", aprovado pela maioria das opiniões, porque "garante formação básica científica aos alunos, incluindo a obrigatoriedade de um estágio em pesquisa, o que nunca tivemos e que é muito positivo", avalia Wanda Maria, do CRP SP. Os três capítulos seguintes detalham os chamados "Perfis de Formação", que pressupõem a oferta de formação diferenciada em três áreas na Psicologia: a do bacharel, do professor em Psicologia (ou licenciado) e do psicólogo propriamente dito.

Reside justamente aí, nessa definição dos Perfis de Formação, o ponto ainda polêmico do projeto. Ele determina que todos os cur-

sos estarão obrigados a oferecer o Perfil do psicólogo. Os demais Perfis serão facultativos, "tendo em vista políticas e condições institucionais". Para Wanda Maria, do CRP SP, os Perfis estabelecem uma diferenciação entre o psicólogo, o pesquisador e o professor que não pode existir: "O psicólogo que trabalha no consultório ou em empresa também precisa deter um mínimo de domínio de pesquisa. Essa divisão dá margem a se pensar que o pesquisador não precisa ser um profissional com capacidade para atuar e que o psicólogo que atua não precisa produzir conhecimento, ou ainda que o professor não precisa saber trabalhar nem pesquisar. Somos contra essa formação segmentada".

Para ela, a consequência imediata dessa segmentação seria uma "elitização da pesquisa", reforçando a tendência de que, por implicar maiores investimentos financeiros, ela fique restrita às faculdades públicas, além de algumas confessionais (as mantidas por instituições religiosas, como as PUCs). "As instituições particulares se limitariam em sua maioria à formação de profissionais para o mercado, atendendo a uma visão tecnicista da Psicologia", acrescenta. Apesar de não ser esse o rumo que prevê para sua própria instituição, que é privada, Ghislaine Gliosce, coordenadora do Curso de Psicologia da Universidade São Judas Tadeu, na Capital, concorda com a previsão: "Receio que esses Perfis levem algumas instituições privadas a optarem somente pela formação do profissional psicólogo técnico".

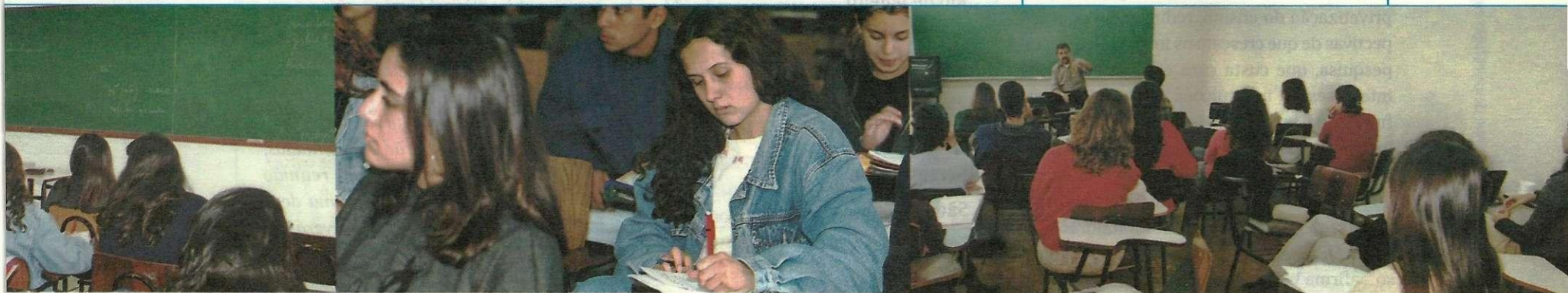
Ghislaine ressalta que o principal ganho das novas Diretrizes, pelo menos na área da Psicologia, foi justamente a "afinação entre todos os profissionais", nos encontros e debates realizados, independentemente de campos de trabalho: "A formação em Psicologia é uma só; não se pode pensar num planejamento de intervenção terapêutica sem a pesquisa. Posto como está, amarra-se novamente a formação profissional em habilitações, como já acontece com o Currículo Mínimo. Teremos especialização na graduação... Está claro no documento: o profissional que se formar bacharel vai seguir um rumo da pesquisa, ao passo que o psicólogo que faz intervenção terapêutica vira tecnólogo. É absurdo separar tecnólogos e produtores de conhecimento, já que o desenvolvimento de tecnologias ocorre de acordo com a produção de conhecimento científico novo, e vice-versa".

## O que muda com as novas Diretrizes?

*Ao serem implantadas, as Diretrizes Curriculares vão paulatinamente substituir o modelo de ensino atual, que se baseia no Currículo Mínimo obrigatório, instituído ainda em 1962, pelo qual os cursos de graduação oferecem uma grade de cadeiras com suas cargas horárias previamente estipuladas pelo MEC. Pelo sistema do Currículo Mínimo, os conteúdos não chegam a ser completamente definidos, mas deixam uma margem de manobra muito pequena para as escolas, obrigadas a oferecer um conjunto de cadeiras básicas nos primeiros anos de curso, seguido de cadeiras profissionalizantes nos últimos anos.*

*É um sistema rígido, que coloca todos os cursos num mesmo saco, estejam em que regiões do país estiverem. Por isso se diz que o Currículo Mínimo engessa os cursos, não lhes conferindo autonomia para atender às demandas locais ou específicas de cada curso. Além disso, como a ciência é dinâmica, novas áreas de estudo surgem enquanto outras são superadas, o que provoca situações esdrúxulas em muitos cursos, obrigados a oferecer cadeiras com nomenclaturas defasadas em relação aos seus conteúdos.*

*Com as novas Diretrizes, cai o famigerado Currículo Mínimo. As faculdades ganham mais autonomia, passando a ter que atender, como o próprio nome diz, a um conjunto de diretrizes, orientações gerais, que ocupam uma parte apenas das cadeiras. As demais, a instituição pode definir por conta própria. Além disso, não se fala em matérias, mas sim em conteúdos e cargas horárias. As novas Diretrizes para a Psicologia estão expressas num conjunto de conteúdos definidos para um "núcleo comum" ou básico, para as "ênfases curriculares" e para um conjunto de qualificações que vão garantir a formação dos "perfis profissionais", algo semelhante às "habilitações" atualmente em vigor. Nesse ponto, reside ainda muita polêmica.*



### Integre-se à Comissão de Formação

*Para participar das reuniões da Comissão de Formação do CRP SP, entre em contato com a Secretária do Conselho e se informe sobre o calendário de reuniões. As comissões do CRP SP estão abertas à participação de todos os psicólogos que tenham interesse na área. Além de avançar no tema das Diretrizes, a Comissão tem duas metas prioritárias no momento: o debate sobre especializações em Psicologia e sobre como garantir um critério eficiente para avaliação da qualidade dos cursos.*

Também Maria Stella de Alcântara Gil, coordenadora do Curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, no interior de São Paulo, tem uma visão crítica sobre o contexto em que vem se dando a implantação da LDB: "Ela acontece em consonância com um projeto mais amplo do governo para o terceiro grau, que tem o objetivo claro de dissociar ensino, pesquisa e extensão nas universidades". Ressalta, contudo, que "a Psicologia teve o privilégio" de lidar com uma Comissão de Especialistas que estabeleceu um procedimento bastante transparente. "Houve consultas às universidades e contatos com todos os órgãos representativos, abrindo-se espaço para que todos pudessem se manifestar. Pudemos produzir um documento que reflete o que somos capazes de fazer, neste momento e nesta situação específica", afirma.

Sobre a questão dos Perfis Profissionais, Stella avalia que são apenas um nome diferente dado a um critério que vem sendo praticado no país desde que se criou a Psicologia: "O de oferecer terminalidades, como licenciatura, bacharelado e formação. É um ponto que deveria gerar mais discussão, antes que se diga se é bom ou ruim. Temos um contexto, e não adianta sonhar com outro, porque não é a Ilha da Fantasia. É muito real... Não dá para atribuir ao documento todos os males ou todas as glórias da Psicologia; nem dizer que ele vai gerar nossos futuros males e glórias... Quem tem feito isso somos nós, a comunidade toda. Não dá para tirar a responsabilidade que temos no fato de a situação chegar aonde chegou", ressalva.

O grande impasse por trás desse debate é a eterna defesa da pesquisa, uma carência evidente na universidade brasileira. Sem ela, é evidente, não existe criação de conhecimento novo. E no mesmo ritmo em que avança a privatização do ensino, reduzem-se as perspectivas de que cresçam os investimentos em pesquisa, que custa caro e não atende aos interesses de instituições estruturadas em função da lucratividade. "Hoje, assistimos incrédulos pela televisão a propagandas de cursos que oferecem como grande vantagem do seus métodos não ter muito blablablá, não ter esse negócio de estar filosofando. Há algum tempo, isso seria considerado vergonhoso", afirma Wanda Maria, do CRP SP. No caso,

blablablá pode ser considerado como sinônimo de pesquisa. "Esses cursos induzem seus alunos a pensarem na formação como uma forma de se colocar no mercado, o que é vender ilusão, porque o diploma de curso superior não é mais garantia de emprego como foi no passado", ela alerta.

Essa reflexão nos leva de volta aos anos 70, quando a universidade brasileira retomou sua luta pela autonomia, o que acabou desembocando na atual LDB. "Preocupa-nos saber se essa autonomia não está vindo para atender a uma política que visa regular o ensino pelo mercado, deixando o ensino ao sabor da concorrência. O resultado disso será certamente a criação de cursos cada vez menos generalistas, menos preocupados com pesquisa e com ética", diz a coordenadora do CRP SP.

Fica então a dúvida: até que ponto a proposta dos Perfis Profissionais incluída pela Comissão de Especialistas no projeto de Diretrizes estará contribuindo para aumentar o fosso entre escolas públicas e privadas, entre prática e pesquisa na formação do psicólogo. Mais ainda, é preciso saber quanto desse projeto será respeitado pela Comissão Nacional de Educação, CNE, que em última instância é que define tudo. A última rodada desse processo ainda não tem data para acontecer: dar-se-á durante a sessão pública da CNE para a aprovação definitiva das novas Diretrizes. Até lá, o debate continua... ●

### Número de instituições de ensino superior de Psicologia por Estado

Alagoas	2
Amazonas	3
Bahia	4
Ceará	2
Distrito Federal	4
Espírito Santo	1
Goiás	1
Maranhão	2
Minas Gerais	15
Mato Grosso do Sul	2
Mato Grosso	1
Pará	2
Paraíba	3
Pernambuco	5
Piauí	1
Paraná	9
Rio de Janeiro	17
Rio Grande do Norte	2
Rondônia	1
Rio Grande do Sul	19
Santa Catarina	11
Sergipe	3
São Paulo	51
<b>Total</b>	<b>161</b>

Fonte: MEC/Inep/Seec, 1999

### Aberto o debate sobre especializações

*Ainda na área de formação profissional, outro tema que promete gerar intensos debates neste final de semestre é a criação de especializações em Psicologia. Neste caso, a questão está diretamente vinculada ao Sistema CFP/CRPs, pois, como acontece com as demais categorias, sua regulamentação é uma atribuição específica dos conselhos profissionais. "O reconhecimento da especialidade não está afeito ao curso, mas ao profissional. O MEC cuida da regulamentação de mestrados e doutorados, mas as especializações estão ligadas ao exercício da profissão. Sua regulamentação, portanto, cabe aos Conselhos", esclarece Wanda Maria Junqueira Neves, coordenadora da Comissão de Formação do CRP SP.*

*Em todo o Brasil, os Conselhos Regionais estão abrindo o debate junto à categoria com o objetivo de informar, conhecer opiniões e encaminhar decisões. Em São Paulo, o CRP criou no início deste semestre um Grupo de Trabalho para organizar as discussões no Estado. No dia 20 de outubro, realizou-se no auditório da sede do Conselho um debate com a meta de construir uma posição regional da categoria, contando com a participação de representantes de diversas instituições ligadas à formação profissional, como a Fundap, Cogee da PUC-SP, Sedes Sapientiae e Divisão de Psicologia do HC-FMUSP.*

*Nacionalmente, a definição de uma política para as especializações em Psicologia vem sendo encaminhada pela Associação de Políticas Administrativas e Financeiras, Apaf, do Sistema CFP/CRPs. Alguns Conselhos Regionais já chegaram, inclusive, a elaborar projetos sobre o assunto. As opiniões são bastante divergentes. Entre os favoráveis à criação das especializações, há os que defendem que elas devem ser definidas por áreas de atuação (tais como psicologia hospitalar, psicologia jurídica, psicologia do esporte etc.), e há os que as querem por linha de formação teórica (tais como psicodrama, Gestalt, behaviorismo etc.). Mas há também os que são radicalmente contrários à criação de especializações, defendendo a manutenção de uma formação única em Psicologia. "É importante ressaltar que, qualquer que seja a decisão a se tomar, ela deverá ser necessariamente de caráter nacional, pois seria impraticável a adoção de regulamentos regionalizados", enfatiza Wanda Maria. As posições tiradas pelos Conselhos Regionais serão apresentadas, em dezembro próximo, em reunião nacional da Apaf, quando uma decisão final sobre a questão deverá ser estabelecida.*

# O debate não está encerrado

**Coordenadora da Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia junto à SESu/MEC, a professora Maria Ângela Guimarães Feitosa relata na entrevista a seguir o processo de elaboração do Projeto das Diretrizes para a Psicologia e comenta seus pontos polêmicos. Doutora em Psicologia pela Universidade de Michigan, EUA, ela ocupa atualmente o cargo de professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, UNB**

**Psi** - Por que as Diretrizes para a Psicologia, há três anos em elaboração, estão demorando tanto?

**Maria Ângela Feitosa** - Cerca de seis meses após a aprovação da nova LDB, ficou esclarecido que caberia às Comissões de Especialistas formular as propostas de Diretrizes Curriculares para os diferentes cursos superiores. O Conselho Nacional de Educação (através do Parecer 776/97, divulgado em fevereiro de 1997) e a SESu (através do Edital 4, de dezembro de 97) necessitaram de mais seis meses para vislumbrar um procedimento a ser seguido pelas diferentes Comissões de Especialistas. Então, de fato é mais razoável falar em dois anos. Considerando que a nova regulamentação deveria transpor um período de 37 anos, pois o Parecer que regulamenta o Currículo Mínimo é de 1962; considerando a mudança na forma de conceber o currículo que a nova legislação trouxe; considerando a complexidade da Psicologia enquanto ciência e profissão e considerando que a Comissão de Especialistas optou por uma estratégia de ampla consulta à própria área, julgo que o tempo foi apenas o necessário. Comparações com outras áreas devem ser feitas com muita cautela.

**Psi** - Que compromissos o MEC tem com a Comissão de Especialistas?

**Maria Ângela** - As regulamentações em vigor deixam claro que as Comissões de Especialistas têm função consultiva em questões de mérito acadêmico, nas áreas específicas de competência, ao passo que o Conselho Nacional de Educação tem função deliberativa ampla. Veja-se então que o compromisso tem limites. Exatamente por isso sabemos que o documento deveria ser de alta qualidade e estar ancorado em uma discussão com a área.

**Psi** - Depois de tantos debates, corre-se então o risco de que os avanços feitos se percam?

**Maria Ângela** - Em princípio, não acredito. Mas a composição do Conselho é muito heterogênea. Cabe também lembrar que o espaço para debate não está encerrado, porque está previsto que a apreciação das Diretrizes no Conselho Nacional de Educação, CNE, ocorra em audiência pública.

**Psi** - Uma crítica feita ao projeto de Resolução da Comissão de Especialistas é a definição de três "perfis profissionais" de formação: psicólogo, bacharel e licenciado. Considera-se essa segmentação elitizante. Qual é a sua posição a respeito?

**Maria Ângela** - Essa separação já existe hoje, com as habilitações. Ao definir as condições para oferta de cursos de Psicologia, procuramos criar expectativas de que eles não podem ser criados sem condições efetivas. O texto da Comissão propõe que toda instituição que ofereça um curso de Psicologia esteja habilitada para formar o psicólogo. Propõe que, se a instituição quiser, também pode oferecer o bacharelado e a formação do professor de Psicologia. Assim, por exemplo, ela pode oferecer apenas a formação do psicólogo, mas não pode se propor a formar apenas bacharéis. Já o aluno pode escolher qual ou quais perfis fazer. Esses três perfis correspondem às antigas habilitações. Eliminou-se esse termo, habilitação, porque está poluído com interpretações diferentes, em contextos diferentes. A Comissão entende que, agora, os perfis não têm mais relação de seqüenciamento, como na legislação anterior; o perfil de bacharel pode assumir uma vocação clara de fortalecimento da iniciação científica e permitir - o que já ocorre em certos locais - a aceleração do ingresso na pós-graduação. Quanto ao ensino, mudamos a ênfase. Deixamos de nos referir ao "licenciado", que se refere ao ensino em uma faixa bem definida de escolaridade, para nos referirmos ao professor de uma forma mais abrangente, pois consideramos que se deve promover uma expansão dos níveis, modalidades e contextos em que o ensino de Psicologia pode ocorrer.

**Psi** - Aprofundando mais, a formação segmentada como definida nos "perfis profissionais" não reforçará a tendência de as escolas particulares se voltarem exclusivamente à formação do psicólogo, ficando a dedicação à pesquisa, que custa caro, e a formação de bacharéis restritas às públicas?

**Maria Ângela** - Essa questão é complexa. Qual é a realidade agora? A atual legislação diz que o bacharelado é pré-requisito tanto para a licenciatura quanto para a formação do psicólogo. Mas, visitando os cursos e perguntando a respeito, descobrimos que isso não vem sendo cumprido há muito tempo, não só por cursos particulares como públicos; não só por cursos ruins, como também por cursos muito renomados na graduação e na pós-graduação. Disso pode-se tirar que,

possivelmente, a existência ou não de bacharelados não tem sido fator muito relevante para a pesquisa sistemática. Outro aspecto da realidade atual: há um entendimento muito diverso sobre a que vem o bacharelado, e isso ficou evidenciado não só pelas visitas que a Comissão esteve fazendo, como também pelas sugestões que recebemos para as Diretrizes. Pior ainda, em muitos cursos o aluno cursa no bacharelado disciplinas que fornecem os elementos principais de formação em competências restritas do psicólogo. Nesses casos, o bacharelado estava em claro desvio de função. Nós entendemos que, se o bacharelado assumir uma vocação clara, isso pode contribuir para melhorar os cursos. Nesse caso, é fato que algumas instituições não terão gabarito para oferecê-lo. Em verdade, as Diretrizes também propõem maior rigor nas condições para o oferecimento do "núcleo comum" e no oferecimento da "formação do psicólogo". O aperto que nós propomos nas condições para oferta de cursos de Psicologia em geral fica claro numa leitura atenta do documento. A Comissão é de opinião de que se deve dar margem de opção ao curso, e que é melhor deixar o curso fazer bem um conjunto de coisas para o qual está capacitado - resguardada a formação básica abrangente - do que estipular por decreto que a oferta do bacharelado seja o instrumento para a consolidação da pesquisa. Há outros meca-

**"... é melhor deixar o curso fazer bem um conjunto de coisas para o qual está capacitado (...) do que estipular por decreto que a oferta do bacharelado seja o instrumento para a consolidação da pesquisa"**

nismos para isso: dentro da Psicologia, aqueles que envolvem a ação da Anpepp, da SBP e de outras sociedades científicas que se dedicam a subáreas da Psicologia. Por parte do Conselho Nacional de Educação também já se iniciou pressão, com a decisão de se verificar se as instituições que têm atualmente o status de universidade podem mantê-lo - e o crivo de análise é exatamente a pesquisa. Antevê-se que várias serão rebaixadas ao status de centros universitários.

**Psi** - Que avanços as novas Diretrizes efetivamente trarão para o ensino de Psicologia brasileiro?

**Maria Ângela** - Exigir das instituições uma concepção de curso clara; aumentar a imbricação entre ciência e profissão; valorizar as condições em que o estágio supervisionado deve ocorrer; permitir espaço para a consolidação de áreas profissionais emergentes. Outras, o tempo e a pesquisa sobre sua implantação nos cursos mostrarão. •

# Novos parâmetros retiram Psicologia do ensino médio



O Ensino Médio, etapa intermediária entre o Ensino Fundamental (antigo primário e secundário, depois primeiro grau) e a Educação Superior (graduação), foi a primeira área da educação a ser reformulada pelo MEC,

atendendo às determinações da LDB. Parecer do Conselho Nacional de Educação, CNE, publicado em 1º de junho de 1998, aprovou os novos "Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio Brasileiro", que substituíram a antiga Grade Curricular do Segundo Grau. Equivalentes às Diretrizes do ensino superior, eles estabelecem conteúdos mínimos que cada escola, através de seu projeto pedagógico, adapta às suas condições, contemplando carga horária mínima de 2.400 horas, distribuídas em três anos de 800 horas e pelo menos 200 dias letivos.

No texto que justifica o novo modelo adotado, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC alega que "a formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação". E ainda que os novos Parâmetros teriam vindo com o intuito de mudar uma tendência das décadas de 60 e 70, quando "o nível de desenvolvimento da industrialização na América Latina levou a política educacional vigente a priorizar, como finalidade para o Ensino Médio, a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção".

Portanto, a meta seria "dar ao Ensino Médio a formação geral, em oposição à formação específica", com um currículo que contempla "conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva". Foi justamente por concordarem com essas premissas que as entidades ligadas ao ensino de Psicologia, entre elas o CRP SP, estranharam o fato de a Psicologia ter sido praticamente banida do Ensino Médio. Por que isso teria acontecido? "Podemos supor que seja por desvalorização ou ausência de clareza em relação às contribuições da Psicologia para a formação e o desenvolvimento psicossocial do aluno. Ou, possivelmente, para reduzir os custos com educação, entendendo-se a Psicologia como disciplina supérflua", avalia texto produzido pela Comissão de Educação do CRP SP sobre o assunto.

Na verdade, a Psicologia não foi totalmente banida do Ensino Médio, mas está colocada ali de maneira que sugere a idéia de uma eliminação definitiva. Subdividido em quatro partes (Bases legais; Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias), o documento que es-

tabeleceu os novos Parâmetros inclui a Psicologia no bloco das Ciências Humanas. "Ao tratar de disciplinas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia", sugere o documento, "diversas alusões, explícitas ou não, podem ser feitas" a outros conhe-

cimentos das Ciências Humanas considerados fundamentais, entre eles a Psicologia, citada ao lado da Sociologia, Antropologia, Economia, Filosofia e Direito. A indicação - esclarece o documento - "não visa a propor à escola que explicita denominação e carga horária para esses conteúdos na forma de disciplinas. O objetivo foi afirmar que conhecimentos dessas disciplinas são indispensáveis à formação básica do cidadão".

Na prática, porém, o ensino da matéria fica a critério de cada escola. A "sugestão" feita nos Parâmetros é de que "esses conhecimentos apareçam em atividades, projetos, programas de estudo ou no corpo de disciplinas já existentes". Portanto, a Psicologia corre no paralelo e ainda tem que competir num exíguo espaço curricular com outras disciplinas igualmente relegadas do núcleo de Humanas. O que esse quadro revela? "Que há uma pretensa autonomia na formação dos currículos e conteúdos pedagógicos: a escola vai definir o conteúdo curricular no limite dos seus interesses, do seu projeto de formação, da sua clientela, das suas condições de funcionamento e de seu quadro profissional", avalia a Comissão do CRP SP. "Uma força determinante dos conteúdos passa a ser o mercado, definindo necessidades e demandas; o Estado se retira e redesenha seu papel na formação do jovem brasileiro", define a Comissão.

Em resumo, os Parâmetros passam a conferir ao Ensino Médio um caráter "de ensino de técnicas e de instrumentos de inserção social; a formação deixa de ser do indivíduo como pessoa humana e passa a ser a do trabalhador que se insere no mercado de trabalho cada vez mais competitivo e restritivo e tem que ter maximizadas suas capacidades e habilidades de adaptação num meio". Nos anos 60, o mercado precisava de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção. Hoje, como a indústria está demitindo, a mão-de-obra precisa ser redirecionada para outros setores da produção. Nesse sentido, os indivíduos têm sido levados a um outro modelo de formação médio. "O comprometimento dessa formação é com a eficácia e o sucesso no emprego de determinados meios para alcançar os objetivos que a definem: instrumentalizar a gestão, o planejamento, o controle, o êxito e não questionar a função, o lugar social que lhe é dado, suas condições de vida etc.", complementa a análise da Comissão de Educação do CRP SP. Nesse contexto, a Psicologia pode ser vista como supérflua. ●

# Diversidade mostra que o preconceito é improdutivo

Seminário promovido pelo CRP SP e Ceert debateu os desafios da inclusão no trabalho

“Quando há homogeneidade, não há criação. O cerne da criatividade é o diverso; a uniformidade, por sua vez, é burra.” A declaração de Maria Aparecida Silva Bento, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, Ceert, exprime as positividade que programas de diversidade no trabalho podem trazer. Ao eliminar o preconceito, essa política inclui diferentes segmentos populacionais no mercado formal, mostrando-se vantajosa tanto para as empresas quanto para os trabalhadores e consumidores.

Resultado de anos de pressão social, as políticas de diversidade pretendem trazer, para o quadro de pessoal e para a imagem das empresas, os vários grupos populacionais que normalmente são excluídos. Ao eliminar a exclusão motivada por cor, raça, gênero, religião e opção sexual, os programas de diversidade têm provado que o preconceito é improdutivo. “Não é nada interessante para uma empresa ter uma propaganda só com homens de olhos azuis. A população está ficando cada vez mais exigente, inclusive com o quadro de pessoal, e espera que a empresa a reflita enquanto consumidora. Atua-se hoje em mercados diferentes, com consumidores diversos e com produtos que vão para inúmeros lugares. A empresa deve refletir a diversidade da comunidade na qual está inserida”, afirma Maria Aparecida.

“Atua-se hoje em mercados diferentes, com consumidores diversos e com produtos que vão para inúmeros lugares. A empresa deve refletir a diversidade da comunidade na qual está inserida”

A fim de instalar e dar visibilidade ao debate sobre diversidade, foi criado, em 1997, o Projeto Diversidade e Igualdade no Trabalho. Composto pelo CRP SP, Sindicato dos Psicólogos, Ceert e Associação Paulista de Administração de Recursos Humanos, Aparh, o Projeto promove seminários anuais e reuniões periódicas. Inclusão no Trabalho: Desafios e Perspectivas é o título do seminário deste ano. A Comissão de Recursos Humanos do CRP SP, por sua vez, conta com um grupo que discute a questão da diversidade em conjunto com os profissionais de Psicologia que atuam em organizações.

Por ser o mediador das relações entre empregador e empregado, o profissional de recursos humanos ocupa posição estratégica. Nos programas de diversidade ele é incitado e capacitado a fazer uma leitura crítica das normas que regem essa relação, analisando se elas favorecem a igualdade. “O mote do nosso trabalho é chamar a atenção para a responsabilidade social dos profissionais de

RH. O preconceito pode interferir até mesmo em uma avaliação psicológica para recrutamento, por exemplo. Há estudos que mostram que o mais competente é o mais parecido conosco. Preocupamo-nos em capacitar o profissional para refletir sobre sua própria prática e sobre a prática da empresa, de forma que ele possa, assim, promover a igualdade”, garante Maria Aparecida.

O empresariado brasileiro, entretanto, está atrasado no processo de instalação de programas de diversidade. A multinacional Levi-Strauss, seguindo os passos da matriz nos Estados Unidos, iniciou a implantação do programa há 15 anos. Hoje, a empresa procura aplicá-lo no quadro de pessoal, propaganda e produtos. “Nós não vendemos calças apenas para um rapaz branco e de classe alta; vendemos para todo mundo. Para entender todos, precisamos dessas representações internamente. Quando falamos a língua do consumidor, conseguimos vender o nosso produto. É uma consequência natural”, afirma a consultora de Recursos Humanos da Levi-Strauss, Darcilene Padilha.

A iniciativa de implantação da diversidade, entretanto, não partiu do empresariado. É resultado de pressões do movimento social de mulheres, negros e homossexuais e do movimento sindical. Este último vem lutando pela introdução de cláusulas de não discriminação nos contratos de trabalho. “Uma empresa com pessoal homogêneo comete um mal ao excluir, já que não cumpre seu papel social. Ela está excluindo pessoas por razões que não representam seu objetivo final. Se o movimento social acorda e denuncia, essa empresa terá um prejuízo maior, decorrente do boicote ao seu produto”, aposta o presidente da CUT Nacional, Vicente Paulo da Silva.

Apesar do esforço e mobilização do movimento social e sindical, Maria Aparecida afirma que levar o assunto da diversidade para as empresas não tem sido fácil. “O empresariado brasileiro é extremamente conservador. Atuo no movimento social e sindical há mais de dez anos, e levar a diversidade para o empregador foi complicado. A empresa tem uma lógica de funcionamento muito diferente da Psicologia. A empresa visa ao lucro; essa é a finalidade dela. Nunca podemos nos iludir.”

“Quando falamos a língua do consumidor, conseguimos vender o nosso produto. É uma consequência natural”

## Diagnóstico da exclusão no Brasil

Fazer um diagnóstico da exclusão no trabalho e discutir novas formas de enfrentar a desigualdade dentro das empresas foram os propósitos do Seminário Inclusão no Trabalho: Desafios e Perspectivas, realizado nos dias 21 e 22 de outubro no Espaço Empresarial da Rua Frei Caneca, em São Paulo. Promovido pelo CRP SP e pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, Ceert, o seminário é parte do Projeto Diversidade e Igualdade no Trabalho.

O evento reuniu nomes importantes na área do trabalho, como o presidente da CUT Nacional, Vicente Paulo da Silva, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, o economista Paul Singer, além de representantes do movimento pela inclusão dos EUA e África do Sul.

Contatos com o Ceert pelo telefax (11) 263-7927 ou e-mail ceert@uol.org.br.

Comissão de Recursos Humanos do CRP SP: aberta à participação de todos os psicólogos interessados na área. Informações sobre agenda de reuniões na Secretaria do Conselho.



# Compromisso com (o) ser humano

Novo livro revela Gilberto Safra em momento mutativo



## A Face Estética do Self, Teoria e Clínica

De Gilberto Safra  
Unimarco Editora  
168 páginas, R\$ 14  
Tel.: (11) 274-5711, r. 261/295  
unimarco@server.s.marcos.br

Para aqueles que têm acompanhado o percurso de Gilberto Safra por meio de suas palestras, seus artigos e suas disciplinas ministradas na pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP e da USP, encontra-se finalmente disponível a referência bibliográfica mais adequada. Para outros, que o conhecem somente como autor de "Momentos Mutativos em Psicanálise: Uma Visão Winnicottiana" (São Paulo, Casa do Psicólogo, 1995), a surpresa será impactante.

"A Face Estética do Self" apresenta a metamorfose de Gilberto. Um verdadeiro momento mutativo, não só do autor, mas, certamente, da psicanálise praticada no Brasil. O qualificativo "visão winnicottiana" já não o veste mais, apesar de Winnicott ser o autor de maior referên-

cia no texto. Aos familiarizados com o campo psicanalítico, será difícil não reconhecer neste livro o nascimento de uma psicanálise brasileira, e não apenas praticada no Brasil. Sem dúvida, dirão alguns que não se trata de psicanálise, porque segundo Freud, Klein, Lacan, Bion, Winnicott... Mas isso não tem a menor importância, pois o compromisso de Gilberto não é com os autores e suas teorias. Seu compromisso é com a clínica e, fundamentalmente, com a vida, com o mundo, enfim, com o homem. Compromisso explícito, anunciado em sua dedicatória: "Aos que já estiveram, aos que estão, aos que estarão: ao homem!".

Este é um trabalho de fôlego do autor, revelando sua erudição. Porém, o adjetivo "ecletico" não lhe é pertinente, pois há um rigor teórico fundamental nesse tipo de empreitada. Gilberto passeia por diferentes áreas do conhecimento: psicanálise, filosofia (ocidental e russa), teologia russa, antropologia, arquitetura, geografia, ciência política, literatura, artes plásticas e dança. Usa os autores, no sentido winnicottiano do termo, e posiciona-se frente a eles. O fio condutor de toda discussão recai sobre as questões da estética e do *self*, tendo sempre como pano de fundo a experiência clí-

nica do autor. Apesar de uma escrita simples e límpida - por vezes, poética -, sua leitura não é fácil, devido à complexidade do tema e das articulações.

Os capítulos versam sobre a constituição do *self* a partir dos fenômenos estéticos. O *self*, segundo o autor, é corpo marcado pela presença do outro significativo, é acontecer humano no mundo. Questões essas tematizadas pela discussão da temporalidade, das diferentes organizações do espaço, do gesto criador e transformador, dos artefatos desveladores da existência humana, da inserção do homem no mundo e do caminhar para a morte como realização última do *self*.

Trata-se, portanto, de um texto bem-vindo que realiza uma contribuição significativa para o campo psicanalítico e que apresenta de forma contundente o sentido da frase: "O homem é seu estilo mesmo".

### Kleber Duarte Barretto

Psicólogo, professor da Unip e do Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise da Universidade São Marcos

# Mexendo na ferida narcísica

## A Psicoterapia na Instituição Psiquiátrica

Relatos de vivências da equipe do Serviço de Psicoterapia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas

### Oswaldo Ferreira Leite Netto (org.)

Editora Ágora, 152 páginas, R\$ 17

Em pleno final de século, voltam à tona discussões e estudos que colocam a temática organicista e a psiquiatria biológica como aspectos centrais naquilo que diz respeito à problemática do sofrimento mental. A descoberta de novos medicamentos e o interesse de indústrias farmacêuticas na produção das descobertas vêm fortalecendo a retomada dessa tônica como ordem do dia. É considerando esse contexto que podemos reconhecer o mérito da recente publicação de um grupo formado principalmente por médicos do Setor de Psicoterapia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da USP.

Ao partir do pressuposto que o avanço da psiquiatria, nos últimos dez anos, pode fortalecer a crença de que a abordagem psicológica seja desnecessária na atenção psiquiátrica, esse grupo se propõe a demonstrar a importância da dimensão psíquica no trato ao portador de transtorno mental. Buscam cumprir tal objetivo relatando as experiências vividas pela equipe no Setor, tendo como eixo principal o lugar da psicoterapia no desenvolvimento do trabalho terapêutico. Por ser uma instituição-escola, onde assistência, ensino e pesquisa constituem o tripé da organização institucional, os relatos estão voltados para basicamente três temas: formas de psicoterapia adotadas e suas indicações; tipos de supervisão oferecidos aos médicos residentes

do Instituto de Psiquiatria; e temáticas presentes no processo psicoterapêutico da demanda atendida no Serviço.

De maneira geral, há uma preocupação em enfatizar a complexidade do fenômeno mental, buscando incluir diferentes abordagens, sejam estas de cunho biológico, sejam de caráter psicodinâmico, no entendimento e na intervenção terapêutica. O reconhecimento da necessidade de trabalho em equipe - a partir da articulação entre diferentes profissionais e setores do Hospital - e a tentativa de somar variados tipos de pensamento e de linhas de trabalho no cotidiano institucional se fazem presentes.

No entanto, essa tentativa de somar um conjunto heterogêneo de experiências e pensamentos, tendo como denominador comum "a valorização da vida psíquica", impede em várias passagens do livro o reconhecimento de que algumas contradições emergentes no cotidiano sejam vistas como próprias do contexto institucional, e não necessariamente negativas ou impeditivas para a condução do trabalho. A utilização de técnicas de grupo ou de abordagens de psicoterapia breve, por exemplo, é mencionada como forma de conter a demanda de um serviço público de grande porte. São vistos como problemas a serem minimizados, também, o fato de parte significativa da população usuária do serviço apresentar postura passiva ou desconhecimento em relação à psicoterapia; ou ainda a intrusão de dimensões institucionais na relação terapêutica.

A idealização de um modelo de psicoterapia fundamentado eminentemente na clínica dual parece colocar num segundo plano, ou como paliativas, algumas iniciativas criativas que podem representar formas de

superar contradições institucionais. Algumas indagações poderiam ser feitas nesse sentido: por que não conceber os grupos de espera das instituições públicas em grupos de caráter eminentemente terapêutico, para que eles não se tornem apenas um aperitivo que antecede a psicoterapia? Não seria necessário considerar na relação terapêutica/institucional as representações que circulam no âmbito social sobre a instituição psiquiátrica e a "doença mental"?

Tais questões introduzem uma outra dimensão para essa reflexão: a da função psíquica da instituição. Como nos diz o psicanalista francês René Kaës, a instituição nos confronta com uma quarta ferida narcísica após as descobertas de Copérnico, de Darwin e de Freud, que retiraram o homem de sua posição central no espaço, na espécie e na concepção de si mesmo. Foi-nos necessário admitir que a vida psíquica não seria uma espécie de propriedade privada do sujeito individual. Ao contrário, uma parte desse sujeito, parte que compõe seu inconsciente, não lhe pertence. Pertence, sim, às instituições sobre as quais se apóia e que se mantêm por esse apoio. "Mas cuidemos para não cultivar a ferida: a descoberta da instituição não é apenas a de uma ferida narcísica, é também a dos benefícios narcísicos que sabemos tirar das instituições, a preços variáveis." (Kaës, 1991)

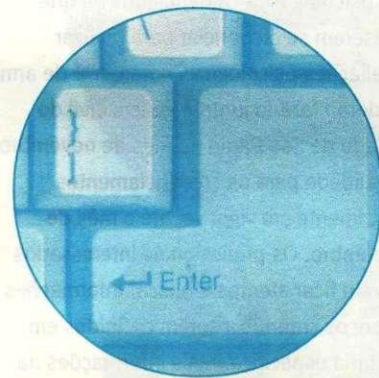
### Ianni Régia Scarcelli

Psicóloga sanitarista do Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social, Lapso, do Instituto de Psicologia da USP; doutoranda em Psicologia Social no Ipusp

# Psicologia e informática: interfaces

No artigo anterior, desenvolvi algumas reflexões iniciais sobre a polêmica a respeito da "Psicoterapia pela Internet". Neste artigo, em vez de nos restringirmos à polêmica, vamos abordar algumas das diversas formas de interação entre psicólogos e informática. Os psicólogos têm se envolvido em projetos na área de informática desde os primórdios das pesquisas sobre inteligência artificial, e posteriormente participaram da formação de uma nova disciplina acadêmica, a Ciência Cognitiva. Há também outras formas de participação. Uma linha de pesquisa bastante interessante diz respeito ao estudo dos impactos da informática sobre a subjetividade e a identidade. Uma pioneira dessa área é Sherry Turkle, inicialmente uma pesquisadora de formação lacaniana, mas que desde seu livro de 1984, "The Second Self", procura identificar os efeitos do contato com a informática na vivência subjetiva das pessoas. Assim, ao entrevistar estudantes de computação, verificou que o discurso com o qual descreviam a si mesmos era derivado de noções à vezes bastante sofisticadas de programas de inteligência artificial. Também analisou como o contato das crianças com programas de computador e robótica modificava a formação do conceito de "ser vivo". Seu livro mais recente, "Life on the Screen", de 1995, aborda as experiências de imersão em "mundos virtuais", onde pode ocorrer o desenvolvimento de diferentes "personas" vividas simultaneamente pelo mesmo usuário, com um concomitante questionamento a respeito da identidade individual e a diminuição da distância entre realidade representada, interativa e virtual, e a "vida real".

Podemos dizer que esse livro de Turkle, ao tratar da Internet, refere-se à "segunda onda" na história do computador. A "primeira onda" é relativa ao desenvolvimento do computador como parte de um esforço de guerra, continuado depois num contexto de guerra fria. O computador devia ser um instrumento militar de "comunicação, comando e controle". Nessa fase, temos a concepção do computador como um instrumento altamente técnico. O desenvolvimento inicial de uma rede de computadores, a Arpanet, cujo objetivo era ser uma rede de defesa indestrutível por não ter centro, também ocorreu nesse ambiente. Essa rede altamente técnica sofreu modificações com as inovações da segunda onda, até transformar-se na atual Internet. A segunda onda iniciou-se na década de 1970, especialmente no chamado Vale do Silício, nos Estados Unidos. Por características específicas, acidentais desse local - uma cultura universitária típica, com influência do clima dos anos 60, a existência de institutos de pesquisa e a concentração de empresas tecnológicas pequenas, com há-



bitos diferentes das grandes corporações -, criou-se uma nova forma de conceber a computação, com ênfase na interatividade, na expressividade e na formação de comunidades virtuais e de redes.

A atual onda de expansão informática contém muitas dessas características. Uma delas, a comunicação em rede, também foi fortalecida por certas configurações específicas da sociedade capitalista que já estavam em curso. A "sociedade das redes", para Castells, é anterior à Internet. A internacionalização do capital e as telecomunicações já estavam criando uma "sociedade das redes". A partir da perspectiva da inserção socioeconômica, também podemos entender como o desenvolvimento recente dos computadores está associado à indústria cultural, à comercialização e ao consumismo.

Alguns autores atuais que escrevem sobre a segunda onda são: Susan Leigh Star ("The Cultures of Computing"), Brenda Laurel ("Computers as Theatre"), Allucquère Rosanne Stone ("The War of Desire and Technology"), e Janet Murray ("Hamlet on the Holodeck").

Indico a seguir alguns livros, traduzidos ou escritos em português, que se constituem em ótimas apresentações a muitas das questões relativas às novas tecnologias e seus efeitos na cultura, na subjetividade, na identidade e na individualidade. "A Vida no Ecrã" é a tradução portuguesa de "Life on the Screen", de Sherry Turkle. Uma ótima introdução à Ciência Cognitiva é "A Nova Ciência da Mente", de Howard Gardner, editada pela Edusp. Uma abordagem instigante sobre ciberespaço e hipertexto pode ser encontrada em "As Tecnologias da Inteligência", de Pierre Lévy. Sobre as novas estruturas de significado e navegação, leia-se "O Labirinto da Hipermídia", de Lúcia Leão, da Iluminuras. Sobre a interação entre economia, política e novas tecnologias da informação, recomenda-se "A Sociedade em Rede", de Manuel Castells. Um livro mais filosófico, denso, mas cuja clareza argumentativa permite que seja compreendido mesmo pelos iniciantes que se dedicarem com afinco é "Da Ciência Cognitiva à Dialética", de Marcos Barbosa de Oliveira, da editora Discurso Editorial. E finalmente citamos os artigos bastante críticos de Valdemar Setzer, que podem ser encontrados em seu site: [www.ime.usp.br/~vwsetzer](http://www.ime.usp.br/~vwsetzer).

**Visite o site sobre  
atendimento mediado pelo  
computador**

<http://www.crpsp.org.br/atmc/>

**Elisa Sayeg**

[cyborg@uol.com.br](mailto:cyborg@uol.com.br)

<http://sites.uol.com.br/cyborg>

### Avaliação psicológica para porte de armas

Os psicólogos já credenciados ou que quiserem se credenciar para realizar avaliações psicológicas para porte de armas poderão fazê-lo junto à Polícia Civil do Estado de São Paulo no mês de novembro. A validade para os credenciamentos atualmente em vigor vai até o mês de dezembro. Os profissionais interessados devem ficar atentos e buscar informações sobre os critérios a serem definidos em Portaria específica. Mais informações na Divisão de Produtos Controlados da Polícia Civil do Estado, telefone 815-8200.

### Drogaditos, tema da revista do CRP SP

O CRP SP está iniciando a preparação de uma revista institucional, que começará a circular semestralmente. A publicação terá, a cada edição, um tema central. Todo psicólogo inscrito no CRP SP poderá colaborar com artigos, ensaios, análises, reflexões, críticas, relatos de experiências ou mesmo textos ficcionais, desde que atendam à temática central, que no caso da primeira edição será "drogaditos", ou seja, a Psicologia voltada para a questão dos usuários de drogas. Os textos, com no máximo 25 mil caracteres, deverão ser enviados por e-mail ou disquete à Comissão Editorial da Revista do CRP SP.

### Psicologia do Esporte faz reunião aberta

A Comissão de Psicologia do Esporte do CRP SP convida todos os profissionais interessados na área a vir debater, em reunião aberta, os temas relacionados a essa especificidade. A reunião acontecerá no dia 11 de novembro, às 19h30, na sede do Conselho.

### Curso

#### Especialização em violência doméstica

O Laboratório de Estudos da Criança, do Instituto de Psicologia da USP, comunica que se acham abertas as inscrições para o VII Telecurso de Especialização na Área da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, a se realizar até o ano 2000. Trata-se de um curso de educação continuada a distância, EcaD, ministrado em nível de especialização, categorizável em termos acadêmicos como curso de extensão universitária de 360 horas, das quais 320 a distância e 40 de curso de atualização. Podem se inscrever profissionais das diversas áreas. Para a seleção, os candidatos devem se organizar em equipes multiprofissionais e preparar um pequeno projeto de atuação na área de abordagem do curso, que será posteriormente avaliado. Custo total: R\$ 560. Inscrições até 12/11. Informações pelo tel. 818-4383, fax 818-4475, e-mail lacri@sti.com.br.

## Encontro denuncia irresponsabilidade no trato da violência

Reproduzimos abaixo o texto final resultante do 1º Encontro de Psicologia sobre Violência e Políticas Públicas de Segurança, realizado nos dias 14 e 16 de outubro, em Juiz de Fora, MG. Foram grandes a participação e interesse verificados no evento, assim como foram diversos os posicionamentos quanto à prática profissional do psicólogo nessa área. Como desdobramento, no próximo ano será realizada em São Paulo uma mostra nacional de experiências da Psicologia com compromisso social.

### Carta de Juiz de Fora

"Nós, os setecentos psicólogos e participantes reunidos no 1º Encontro de Psicologia sobre Violência e Políticas Públicas de Segurança, promovido pelos Conselhos de Psicologia de SP, MG, RJ e CFP, atentos à gravidade com que essas questões se apresentam, neste momento, na sociedade brasileira e cientes da complexidade envolvida na produção de respostas efetivas ao problema da violência, reafirmamos o compromisso da Psicologia e dos psicólogos em contribuir para o seu enfrentamento.

Nas penitenciárias e nos tribunais, nas polícias e delegacias, e no trabalho com grupos excluídos, a presença e a prática da Psicologia marcam a possibilidade da construção de um caminho diferente, onde possam ser enfrentadas a violência, a discriminação e a arbitrariedade.

O agravamento das situações de violência na sociedade brasileira tem suas raízes no aprofundamento dos processos de exclusão, nos quais o Estado tem sido o maior responsável. Consideramos o conceito de segurança como garantia de direitos numa perspectiva de paz pública expressa no respeito à diversidade na convivência social.

Explicitamos o compromisso com a exigibilidade de políticas públicas garantidoras da universalidade desses direitos. A violência, em suas múltiplas manifestações, deve ser vista pela Psicologia em sua especificidade, na promoção de saúde e nas condições de cidadania. Neste momento, manifestamos a nossa indignação frente à condução política do governo, denunciando a irresponsabilidade com que vem sendo tratada a questão da violência que adoce o cidadão."

Juiz de Fora, 16 de outubro de 1999

## 3ª festa multiplacidade

Uma festa que articula múltiplas iniciativas de linguagem: música, dança, vídeo, fotografia, exposição, feira, comida, arte, performances, desfile de moda e muito mais. Participe!

O Movimento multiplacidade nasceu da percepção de que é necessário conectar os campos mais heterogêneos: da saúde, da cultura, do mercado, da política, da comunicação, do direito etc. Somos um grupo heterogêneo de profissionais, propomos um movimento que se volta para a comunidade com a intenção de reverter a hegemonia de uma sociedade racional e asséptica, que tende a isolar desvios e desviantes. Temos a diferença como questão a ser debatida, refletida, flexionada, produzida, multiplicada. Fazemos da diversidade, da mistura e da contaminação nossa marca.

Ingressos | R\$ 3 até as 18 horas, depois R\$ 5  
Local | Rua Itapeva, 700, Bela Vista, São Paulo SP  
Data | 27 de novembro, a partir das 14 horas  
Tel/fax | (11) 3171-2632  
Site | www.multiplacidade.org.br  
Realização | Associação Franco Basaglia, Centro de Atenção Psicossocial/Pida e Movimento Multiplacidade  
Patrocínio | CRP SP



### Festa do Psicólogo

A conselheira presidente do CRP SP, Lumêna Furtado (à dir.) e a psicóloga e professora da PUC-SP Odette de Godoy Pinheiro (esq.) durante a transmissão da Festa Nacional do Psicólogo, que reuniu os Conselhos Regionais em cadeia nacional no último dia 27 de agosto. A transmissão aconteceu a partir de Brasília, comandada pela diretoria do CFP. Em São Paulo, cerca de 35 instituições ligadas à Psicologia participaram da Festa, assistindo à transmissão em telões montados em seus auditórios.

# Anúncios não podem propor práticas estranhas à psicologia

O Centro de Orientação do CRP SP tem sido com frequência procurado por psicólogos indignados com formas impróprias de oferta de serviços profissionais por parte de alguns colegas. Entre outras coisas, mencionam anúncios publicados em guias de saúde, revistas e jornais propondo práticas terapêuticas estranhas ao campo da Psicologia ou sem informar o número de inscrição no CRP SP. Segundo argumentam, esse tipo de postura contribui para desmerecer a profissão.

Essa preocupação não é nova nem estranha ao CRP SP. Tanto é que existe um capítulo de nosso Código de Ética que explicita os deveres do psicólogo em relação à publicidade (ver "Manual do CRP SP", p. 116). Diz seu artigo 37: "O psicólogo, ao promover publicamente os seus serviços, informará com exatidão seu número de registro, suas habilidades e qualificações, limitando-se a estas". Esse artigo é coerente com o fato de que todo psicólogo, para exercer sua profissão, deve estar registrado no Conselho Profissional de sua região. É isso que dá garantia inicial, às pessoas que procuram

seus serviços, de que se trata de um profissional habilitado para exercer tal atividade. Da mesma forma que um engenheiro, ao assumir a responsabilidade por uma edificação, tem o dever de informar seu registro no Crea; e que os médicos, nas atividades relacionadas a seus serviços, devem destacar seu registro no CRM.

O problema mais comum que se verifica nesses casos de anúncios impróprios refere-se a psicólogos que associam seu nome a práticas estranhas à Psicologia, que vão desde a milenar acupuntura até as terapias de vidas passadas. Hoje em dia, muitas dessas práticas são amplamente divulgadas pela mídia e atraem um público em busca de novidades e soluções milagrosas para seus problemas. Com isso, profissionais com formação acabam sendo incluídos, nessas publicações, em grupos indefinidos, nos quais se misturam com praticantes de esoterismo e outros que não tiveram necessidade de fazer qualquer curso superior.

Os psicólogos que incorrem nos erros acima mencionados vêm sendo convocados ao

CRP e recebem o seguinte alerta: não podem propor atividades não previstas como funções do psicólogo ou que, embora pudessem ser consideradas como campo da Psicologia, não foram cientificamente fundamentadas. São ainda esclarecidos a respeito da interpretação dada aos parágrafos "d" e "e" do artigo 38 do Código de Ética, que veda aos psicólogos "propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não são reconhecidas pela prática profissional ou atividades não previstas na legislação profissional como função do psicólogo".

Não é posição do CRP SP exercer sua função fiscalizadora de modo autoritário ou policaresco. Antes de mais nada, pretende-se cuidar para que a profissão tenha cada vez mais o seu lugar reconhecido na sociedade, não como panacéia para todos os males, mas como uma profissão da área da saúde cuja prática é fundamentada e continuamente revista pela ciência, independentemente de modismos. Se novas práticas surgem, devem ser investigadas antes de serem apropriadas pelos psicólogos.

## Modelo incorreto:

Maria dos Santos / Psicologia clínica e psicopedagogia  
Especialista em Florais de Bach; tel. 811-8818  
Rua Francisco de Assis, 208, Pompéia, cep 03333-030

## Modelo correto:

João da Silva / CRP 00/002-32  
Psicanálise (crianças, adolescentes e adultos); tel. 202-2202  
Rua do Sossego, 790, Vila Mariana, cep 05550-000

## Agenda

### Novembro

- |3 a 6| **II Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**  
Coordenação: Universidade Estadual de Londrina. Local: Campus Universitário, Londrina, PR. Taxas de inscrição entre R\$ 20 e R\$ 100. Informações: tel. (43) 371-4449, e-mail educesp@uel.br, site www.uel.br/cpg.
- |4 a 6| **I Encontro Paranaense de Psicologia Social – Práticas e Perspectivas da Psicologia Social no Final do Século**  
Promoção: Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) de Londrina, PR. Inscrições e informações: (43) 371-4487 e (43) 324-6112.
- |9 a 11| **5º Seminário Internacional de Educação e Reabilitação da Criança Portadora de Deficiência Mental e/ou Sensorio Motora**  
Organização: Obra Don Guanella e Instituto Apae de Pesquisa, Estudos e Preparação de Pessoal na Área de Deficiência Mental. Local: Escola Paulista de Medicina, São Paulo, SP. Informações e inscrições: tel. 203-2397, fax 6952-0197.

- |10| **Seminário Laudos Psicológicos – Usos e abusos no processo educacional**  
Realização CFP, CRP SP, Associação Brasileira de Psicologia Jurídica e Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Horário: 20 horas. Local: Auditório da sede do CRP SP, Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América, SP/SP. Entrada gratuita. Informações: 574-7133, 3061-9494 ou admin@crpsp.org.br.
- |13 a 15| **Encontro Sul-americano dos Estados Gerais da Psicanálise**  
Organização: Grupo dos Estados Gerais da Psicanálise de São Paulo. Local: São Paulo, SP. Informações: tel./fax 256-3236, e-mail crismagalhaes@uol.com.br.
- |16| **Fórum Paulistano de Saúde Mental/Cidadania e Direitos Humanos.**  
Horário: 19h30. Local: Sedes Sepientiae. Informações: 3061-9494, Secretaria CRP SP.
- |24 a 26| **VI Jornada de Psiquiatria Mandaqui / Jaçanã e IV Jornada de Saúde Mental do Núcleo IV da Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo**  
Organização: Ambulatório de Saúde Mental do Mandaqui, Jaçanã, Pirituba e Brasilândia. Local: Auditório do Arquivo do Estado, Av. Voluntários da Pátria, 596. Informações e inscrições: 202-0923 e 299-0923.

- |27| **Fórum Paulista de Saúde Mental**  
Horário: das 9h30 às 14 horas.  
Local: Auditório da sede do CRP SP, Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América, SP/SP. Informações: 3061-9494 ou admin@crpsp.org.br.
- |27| **III Jornada do CEARAS sobre Abuso Sexual**  
Organização: CEARAS – Centro de Estudos e Atendimento Relativo ao Abuso Sexual, USP, das 9 às 16 hs. Local: Instituto Oscar Freire, R. Teodoro Sampaio, 115. Inscrições: R\$ 20,00. Informações: 853-9677, ramal 124, fax 853-9677.

### Dezembro

- |1º| **25 Anos de Psicologia no InCor**  
Promoção: Serviço de Psicologia do Instituto do Coração. Conferência e lançamento de livros. Local: Instituto do Coração. Informações: 3069-5290, email psiensino@incor.usp.br.
- |9 a 11| **IV Encontro Temático de Psicólogos do Mercosul e Países Associados**  
Organização: CFP e CRP RS. Local: Porto Alegre, RS. Tema central: Compromisso Social da Psicologia. Taxas de inscrição entre R\$ 25 e R\$ 45. Informações: tel. (61) 328-1946, site: www.psicologia-online.org.br.